

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

HUGO VIRGILIO DE OLIVEIRA

UM ESTRANHO NO NINHO:
Quando antropólogos vão a campo

NITERÓI
2022

HUGO VIRGILIO DE OLIVEIRA

UM ESTRANHO NO NINHO:
Quando antropólogos vão a campo

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Lucía Eilbaum

NITERÓI
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

HUGO VIRGILIO DE OLIVEIRA

UM ESTRANHO NO NINHO:
O antropólogo e o trabalho de campo.

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lucía Eilbaum

Orientadora

Profa. Dra. Soraya Resende Fleischer – UnB

Dra. Hully Guedes Falcão - UFF

NITERÓI

2022

Aos meus pais, Sônia e Paulo
Ao querido amigo John Burdick, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Há um tempo eu não sou uma pessoa muito religiosa, mas não posso deixar de agradecer as forças espirituais que me acompanham ao longo dessa jornada.

A minha mãe, Sônia, que sempre acreditou na educação e no ensino superior público, de qualidade e gratuito; e ao meu pai, Paulo, que sempre me incentivou e acreditou que eu poderia ser o que eu quisesse, desde que eu quisesse. A ambos por toda uma vida de trabalho duro, sem perder o amor e o carinho, para garantir que eu tivesse todo o suficiente para uma educação de qualidade – tanto formal, como informalmente. Sem vocês eu jamais teria me tornado a pessoa que sou hoje, conquistado e cativado tantas vitórias.

Aos meus padrinhos, Olga e Augusto. Obrigado por me apoiarem, estarem comigo e viabilizarem tanta coisa durante a faculdade. O incentivo de vocês foi ímpar para que eu pudesse alcançar tantas coisas. Obrigado pelo apoio, por me ouvirem e em momento nenhum desacreditarem ou sequer questionarem qualquer decisão minha. Quem diria que aqueles cafés da manhã às 5h antes de eu ir para o pré-vestibular no Rio iriam se transformar em quase 60 páginas e tantas outras conquistas, né?

Aos queridos Edu, Yas, Lulu e Lelber. Vocês deixaram sem dúvida esse caminho muito mais leve e divertido, mesmo que talvez vocês não façam ideia do quanto. O Edu foi comigo fazer a minha inscrição e segurou – de forma muito desengonçada - meu sobrinho no colo enquanto eu assinava os documentos e minha mãe tentava tirar uma foto. A Yas, que viveu junto comigo o nervosismo de ser aprovado na faculdade e, no mesmo ano, sentiu a mesma alegria de passar e começar a cursar nossas graduações. Lulu, sempre encheu minha bola e com quem sempre tive trocas inteligentes sobre o uso da cidade. Lelber, que me acompanhou nessa aventura nos últimos dois anos e que foi quem mais me ouviu reclamar da faculdade nesse período. Vocês são incríveis e fizeram a diferença.

Também quero agradecer aos meus companheiros nessa jornada acadêmica e que se estenderam depois para fora dos portões da universidade: Theodoro Teles, Lumárya Souza, Fernanda Santos e Evelyn Lopes. Muito obrigado pelas risadas, conversas, orientações e produções que tivemos juntos. Poder conhecer e contar com vocês ao longo

desse período foi muito bom; quando temos com quem dividir o peso, as coisas ficam muito mais leves.

A orientadora mais fabulosa e incrível que eu poderia ter: Lucía Eilbaum. Na semana em que escrevo essas palavras, estive pensando como aquela primeira disciplina que fiz com você, no primeiro período, foi uma das principais forças motivadoras desse trabalho: quando você levou para a sala de aula antropólogos vivos, que estão fazendo pesquisa hoje, aquilo me deixou curioso para entender como isso acontecia. Como era ser antropólogo hoje? Não só descobri, como estudei sobre isso e aqui estamos. Obrigado pelos comentários sempre pontuais e pertinentes, pelo incentivo a minha escrita e autonomia na hora de produzir esse texto e o trabalho de campo. Sem seus conselhos, nossas conversas e a forma como você faz as coisas mais difíceis parecerem óbvia, fazer tudo isso teria sido muito mais difícil.

A Priscila Tavares; Emilie Beaulieu Guérette; Rolf Malungo; Michelle Domingues e Roberto Santos por me acolherem e muito me instruírem durante a graduação. Em especial também a John Burdick, que foi o primeiro antropólogo que eu conheci e que foi meu primeiro professor, que me acolheu na Antropologia e muito orientou.

Ao GEPADIM, grupo de pesquisa que integro na UFF, e seus membros. Obrigado por nossas ricas trocas durante as reuniões e que muito me inspiraram ao longo da escrita e do processo de fazer o trabalho de campo.

Ao INCT- InEAC, que financiou algumas aventuras minhas e foi base para muitas iniciativas que me possibilitaram uma trajetória acadêmica de destaque.

A AGIR e a Coordenação de Inovação e Tecnologias Sociais, onde fui bolsista desde 2019, e aos colegas de lá. Foram muitas trocas que me possibilitaram experiências acadêmicas ímpares e contribuíram muito para minha permanência na universidade através da minha bolsa de apoio acadêmico-administrativo. Um especial obrigado também a minha coordenadora, Profa. Dra. Luciane Patrício.

Ao CITE-Lab, Laboratório de Investigação em Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação, e ao Projeto Mídias na Escola. Projetos coordenados respectivamente pela

Profa Dra. Thaiane Moreira de Oliveira, e sua orientanda e minha querida amiga Lumárya Souza, doutoranda em Comunicação pelo PPGCOM. Vocês foram uma das minhas principais bases no tocante aos estudos decoloniais e no debate sobre sul global que, sem dúvida, foram muito importantes para esse trabalho. Muito obrigado a vocês duas por isso e pela oportunidade de participar de ambos os projetos tão incríveis.

A Universidade de Brasília, UnB, que me acolheu durante um semestre durante a mobilidade acadêmica. Foi sem dúvida uma oportunidade incrível e especial, que marcou, transformou e aperfeiçoou minha formação na Antropologia: lá tive oportunidade de conhecer um novo ambiente acadêmico e também de participar de uma série de iniciativas onde fui muito bem recebido: o podcast Mundaréu e também o programa de monitoria, onde atuei como monitor de Introdução a Antropologia. Um obrigado especial a Profa. Dra. Soraya Fleischer e ao Prof. Dr. Henyo Barreto, que muito me abraçaram nesse período e foram sempre muito solícitos e organizados, o que me deixou muito tranquilo.

A UFF, que foi uma casa ao longo da graduação e que vou continuar morando na pós.

Espero continuar dando orgulho a todos vocês.

*É preciso sair da ilha para ver a ilha.
Não nos vemos se não saímos de nós.*

José Saramago

RESUMO

Durante a pesquisa, tanto interlocutores como pesquisadores são afetados de diversas formas e transitam dentro de variados sistemas: segurança, cultura, opiniões, cotidiano, costumes, crenças, organizações, entre tantos outros. O presente estudo parte da minha experiência pessoal enquanto morador de uma ocupação no centro do Rio de Janeiro que serve de campo de pesquisa para um grupo de antropólogos interessados na luta pelo direito à moradia. O trabalho se desenvolve durante a minha trajetória enquanto “pesquisado”; em seguida, como estudante de antropologia e, agora, como pesquisador em formação que tem como interlocutores aqueles mesmos antropólogos. Com isso, o objetivo deste trabalho é discutir o efeito da presença de antropólogos na construção de seus campos e na relação com seus pesquisados.

Palavras-chave: conflitos; metodologia; trabalho de campo; moralidades; ética.

ABSTRACT

During the research, both interlocutors and researchers are affected in different ways and move through varied systems: security, culture, opinions, daily life, customs, beliefs, organizations, among many others. The present study goes from my personal experience as a resident of an occupation in Rio de Janeiro downtown which serves as a research field for a group of anthropologists interested in the struggle for the right to housing. This work develops during my way, first as “researched”; then as an anthropology student, and now as a researcher myself whose interlocutors are those same anthropologists. Thus, the objective of this article is to discuss the effect of the presence of anthropologists in the construction of their fields and in the relationship with their subjects.

Key words: conflicts; methodology; field work; moralities; ethic.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO UM - DOS BARCOS A TERRA FIRME	20
CAPÍTULO DOIS – ESTAR NO CAMPO	28
ENTRANDO EM CAMPO	28
A IDENTIDADE DO PESQUISADOR: GÊNERO, SEXUALIDADE E NACIONALIDADE E SEGURANÇA EM CAMPO	32
ARTICULAÇÕES FINANCEIRAS E SOCIAIS.....	38
FINANCEIRAS.....	38
SOCIAIS.....	42
DA NATUREZA DO INTERLOCUTOR E DO PESQUISADOR.....	45
CAPÍTULO TRÊS – REFLEXÕES SOBRE O CAMPO	49
O QUE CONSTITUI UM CAMPO ETNOGRÁFICO?	49
E QUANDO UM INTERLOCUTOR MORRE?.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	56

INTRODUÇÃO

Não existe um consenso sobre quando a Antropologia surgiu exatamente. Particularmente gosto da teoria de que ela surgiu na época das Grandes Navegações: essa versão me remete aos clássicos da disciplina em que o barco é um dos marcos do estranhamento entre diferentes povos, uma característica importante do trabalho de antropólogos (MALINOWSKI, 1978; LEVI-STRAUSS, 1996; LEIRIS, 2008). Era entre o barco e a terra firme que se davam as primeiras impressões, notavam-se os contrastes, criavam-se expectativas e relações que futuramente marcariam a história e as pessoas que chegavam e as que já estavam: seja entre índios e colonizadores, como também entre antropólogos e tribos remotas.

Não que houvesse muita diferença.

Ao compararmos trabalhos clássicos com a forma de fazer trabalho de campo hoje, observamos uma série de diferenças que expõem o passado colonizador e etnocêntrico da Antropologia. Podemos observar isso a partir de discussões como as de Boaventura Santos apresentadas por Rosa (2014) sobre as epistemologias do sul, onde o autor reflete sobre como muitos cientistas sociais do Sul Global¹ hoje em dia sentem uma espécie de desconforto ao refletirem sobre a forma como as origens da disciplina nessa parte do mundo foram construídas a partir de narrativas europeias e norte-americanas. Ou seja, fez-se uso de epistemologias consideradas coloniais para refletir as origens de povos colonizados e, posteriormente, dar sentido ao que viriam a ser povos independentes.

No mesmo sentido, João Pacheco de Oliveira (2009) também apresenta algumas discussões nesse sentido. Todavia, o autor faz uma abordagem pensando mais questões internas da própria Antropologia. Oliveira primeiro apresenta o “mal-estar” na Antropologia, onde chama atenção para o vão entre a forma como fazemos Antropologia hoje e a forma como estamos sendo formados sobre ela. Ou seja, segundo ele, a nossa formação ainda é muito clássica e acadêmica e poderia ser mais aprofundada pensando aplicações práticas nos dias de hoje e, arriscaria dizer, pensando outras dimensões para além de povos remotos, mas também mercado de trabalho e poder público. Ademais, o autor questiona se o trabalho do pesquisador das ciências sociais não está excessivamente sendo afetado pela militância e engajamento, quando na verdade ele deveria apenas “observar e registrar”. É similar ao que aponta Rosa (2014) quando lembra que, ainda que

¹ Para o autor, “o Sul não corresponde a uma unidade geográfica, mas a uma forma epistemológica específica que se definiria por sua relação negativa e reparadora com o capitalismo colonial.” (ROSA, 2014)

busquemos práticas mais horizontais e envolvimento com lutas sociais para justificar e retribuir nossa presença em campo e nossos interlocutores, a colonialidade também existe em povos originalmente colonizados. Em suma, eu não tinha noção de todo esse contexto e de nada disso quando conheci os primeiros antropólogos da minha vida, muito antes de pensar em cursar Antropologia.

O sol já tinha se posto, o céu estava azulado escuro com algumas nuvens e contrastava com as luzes amareladas dos postes que iluminavam a subida da Rua Vera. A entrada da rua era um pouco escura e havia alguns prédios abandonados e sujos, ainda que houvesse numa esquina uma agência bancária e na outra um bar sempre movimentado ao fim do horário comercial, só quem se aventurasse nos primeiros cem metros naquela via de paralelepípedos é que iria conhecer as várias casinhas num estilo clássico e a vizinhança acolhedora que ali habitava. Era notável a atmosfera de cumplicidade que existia entre os vizinhos que sempre estavam sentados em cadeiras de praia nas calçadas conversando e que murmuravam algum tipo de cumprimento em meio ao papo quando eu passava sempre no mesmo horário voltando do pré-vestibular na Tijuca.

O meu destino era na altura do número 80: um prédio cinza de três andares que destoava completamente do restante dos imóveis dali. Ele tinha janelas de banheiro redondas e as demais quadradas, algumas quebradas, com bandeiras de movimentos sociais penduradas na janela e uma série de pichações pretas em todos os andares. Ali era a Ocupação Vitória Garantida (OVG)² e fazia mais ou menos um ano e meio que eu e meus pais havíamos nos mudado pra lá: com os preparativos para os grandes eventos que aconteceriam no Rio de no Brasil, o aluguel passou a ficar muito caro e minha família sofreu consequências graves devido à crise financeira, a gentrificação e, conseqüentemente, ao aumento dos aluguéis e ao custo de vida.

Desde a realização dos megaeventos que aconteceram no Rio de Janeiro - Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas Rio 2016 – uma série de mudanças urbanas começaram a tomar conta do centro da cidade através do consórcio Porto Maravilha que tinha como objetivo a revitalização da zona portuária a fim de trazer mais investimento e “melhorias” para a região. Ao longo desse processo, diversas famílias sofreram o impacto dessas grandes reformas por meio da especulação imobiliária, gentrificação, aumento do custo de vida, despejos e desapropriações de propriedades antes invisibilizadas. A partir desse

² Todos os nomes ao longo do trabalho são fictícios buscando respeitar o anonimato do local e a privacidade dos interlocutores e como seus relatos poderiam afetar os campos de pesquisa que ainda se encontra em andamento.

contexto, se tornou notável o fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela moradia na região e o considerável aumento do número de ocupações reivindicando moradia digna e mais atenção das organizações públicas para essa demanda (VASSALLO, 2018; FREIRE, 2019; FREIRE, 2016).

Para entrar no prédio da OVG você precisava tocar a campainha: um interruptor a esquerda do portão de alumínio que contava com um olho mágico. O botão da campainha, para quem não frequentava a ocupação, parecia quebrado e isso acabou se tornando com o tempo um mecanismo de identificação interessante: quando alguém tocava a campainha, quem estava dentro do prédio de certa forma sabia que era um morador ou visitante conhecido. Por outro lado, quando alguém batia no portão pedindo para abrir, quem estava dentro do prédio ficava alerta pois possivelmente tratava-se de algum visitante novo, da polícia ou de alguém ligado ao tráfico na região. Situação essa que poderia se desenrolar em algum tipo de conflito.

A entrada depois do portão era um corredor comprido e com vários grafites artísticos ou frases marcantes de importantes lideranças sociais ou que remetiam à justiça social, especialmente à luta pela moradia. A luz era branca e um pouco fraca, o chão era de um piso cinza e sempre parecia mais fresco ali na entrada. Passei por esse corredor em direção às escadas do prédio que em seus usos originais provavelmente era de emergência e sai no segundo andar do prédio, onde ficava o nosso “apartamento”. O piso do corredor era um laranja que eu sempre achei feio, algumas cerâmicas estavam quebradas, a parede era branca e contrastava com a nossa porta azul claro. Meu pai sempre gostou de cores vibrantes e de mexer com pintura – de faixas, camisas, bolsas... – e volta e meia pintava nossa porta de cores diferentes ao longo do ano.

Antes de ser abandonado por mais de quinze anos pelo Estado e ser ocupado por militantes do movimento pela moradia, o prédio da OVG havia sido um hotel/motel famoso na região. Sua divisão em suítes facilitou de certa forma a partilha de cômodos entre os moradores para que pudessem organizar seus espaços individuais de moradia: alguns tiveram direitos a apenas uma suíte, outros a duas e, em alguns casos raros, três a depender da quantidade de membros da família. A minha casa era composta por duas suítes, uma ao lado da outra, que fizemos um portal para ligar os dois cômodos. Em um quarto fizemos a sala, uma espécie de copa próxima à janela com vista pra rua e o antigo banheiro transformamos em uma cozinha. O outro quarto era realmente um quarto, uma pequena área de serviço e o banheiro continuou sendo banheiro.

Meus passos ecoaram no corredor, mas eu podia ouvir também o som de televisão e de utensílios domésticos sendo mexidos nos apartamentos vizinhos. Coloquei a chave na fechadura de casa, rodei e empurrei a porta. A luz da sala estava apagada sendo iluminada apenas pela luz acesa do quarto que refletia pelo portal que ligava os dois cômodos e pela luz do meu abajur de estudo. Minha mãe estava sentada no sofá de frente para a minha cama que ficava na sala e sorriu ao me ver. De costas pra mim, mas que prontamente se virou, estava um homem na casa dos 55 ou 60 anos: ele era branco, cabelo e barba rala grisalhos, usava um óculo de armação grossa preta. Ele vestia uma camiseta preta lisa, uma bermuda verde escura cheia de bolsos e calçava uma sandália de couro preta, daquelas típicas de qualquer personagem idoso de filme americano.

Essa foi a primeira vez, que eu me lembre, de ter visto o Frank, ou pelo menos reparado nele. “Oi, filho! Esse é o Frank, ele é antropólogo e tá fazendo uma pesquisa aqui na ocupação com a gente” foi como minha mãe o apresentou. Ele segurava um bloco grande de folhas amarelas e na sua frente havia um banquinho preto de plástico que servia de mesa para o gravador que tinha uma luzinha vermelha acesa, indicando que uma gravação estava em andamento. Nos cumprimentamos, conversamos brevemente sobre qualquer coisa e fui para o quarto onde encontrei meu pai vendo televisão bem baixinho para não atrapalhar a conversa na sala. Não passou muito tempo e eles encerraram a conversa, eu e Frank conversamos mais um pouco e depois ele foi embora.

Frank era parte de uma equipe de sete pesquisadores que, dentre outros grupos de cientistas sociais nacionais e internacionais, se interessaram por acompanhar diversas mobilizações na região central de uma das principais capitais do país acompanhando o cotidiano do que eles classificaram como quatro diferentes modalidades de moradia: 1) um condomínio do *Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)*, que tinha algum tipo de articulação do Estado e supostamente era mais organizada e estruturada. 2) Uma ocupação sem apoio de movimentos sociais, que foi organizada e articulada por comerciantes informais e era autogestionada pelos próprios moradores. 3) Uma ocupação de um terreno, onde não havia ainda estrutura física própria para moradia na época, e que contava com apoio de movimentos sociais e, por fim, 4) a OVG, que também contava com articulação de movimentos sociais, só que já contava com uma estrutura mais propícia para ocupação e que, na ótica dos envolvidos, parecia mais propícia a regularização para fins de habitação popular e social.

Esses pesquisadores nos acompanharam desde as reuniões prévias de organização para o ato de ocupar o prédio da ocupação. Com isso, eles passaram a nos assistir e

participar ativamente da nossa luta, engajados e envolvidos politicamente nas manifestações, mutirões de limpeza do prédio, dando aulas de inglês, de reforço para escola ou supletivo, apoiando atividades culturais e ajudando em outras. Naquela tarde minha mãe me explicou que Frank e seu grupo estavam fazendo uma pesquisa na ocupação sobre movimento de moradia ou algo assim e que ele perguntou se poderia entrevistá-la, se podiam conversar. Ela concordou e ali estavam.

Na época, minha mãe, D. Sônia, era uma pessoa de destaque na ocupação porque era sempre ela quem coordenava ações relacionadas à cozinha coletiva do prédio. Quando ocuparam o prédio, a cozinha coletiva era o principal ambiente de convivência entre todos os ocupantes e minha mãe sempre coordenava as refeições ao longo do dia. Com o passar do tempo, muitas famílias ainda não tinham cozinhas individuais em seus quartos, então muita gente frequentava a cozinha coletiva e muitos almoços eram feitos lá. Além disso, para gerar renda pra ocupação, muitos movimentos sociais nos contratavam para fazerquentinhas quando houvesse algum encontro de movimentos, oficinas de longa duração ou algo do tipo. D. Sônia sempre estava à frente dessas atividades desde o início e isso aparentemente chamou atenção de Frank que pediu para conversarem, afinal, minha mãe era uma importante articuladora dentro do principal espaço de convivência do prédio.

Aquela conversa que presenciei foi a primeira de várias outras que aconteceram. Passou a ser comum chegar em casa e encontrar Frank conversando com meus pais, depois ele começou a ficar para jantar, em seguida aconteceu dele passar a noite algumas vezes e, por fim, chegou também a morar um tempo na ocupação: ele pediu um quarto emprestado e ficou lá por cerca de três meses, saiu, depois voltou e ficou mais três meses e assim fazia esporadicamente. A essa altura todos já sabiam da pesquisa de Frank e sua equipe – nem todos pesquisavam na OVG, eles se dividiam ente os campos –; ele se tornou uma pessoa muito querida por todos no prédio, entrevistava vários moradores e eu sempre o encontrava conversando com alguém pelos corredores ou áreas comuns.

Conforme se passaram os anos desde o início da pesquisa e da nossa relação, com muita convivência, laços estreitados e uma amizade consolidada, fui conhecendo e me aproximando de outros pesquisadores do grupo que, sem dúvida, foram um grande fator de influência na minha decisão em cursar Antropologia na graduação. Toda a equipe se tornou íntima da minha família e meus pais se tornaram interlocutores fiéis da pesquisa. Todavia, após o início da graduação, ao me confrontar com as origens sensíveis da Antropologia e, ao mesmo tempo, práticas um pouco mais horizontais ao chegar em casa,

alguns conflitos e incongruências entre o que eu estudava e o que eu vivia e via como pesquisa antropológica começaram a me assombrar.

A todo momento eu me perguntava se o que eles estavam fazendo era pesquisa ou era “de verdade”, se eles estavam se relacionando conosco “apenas” por interesse da pesquisa ou sendo “sinceros” em todas suas manifestações? Era comum que eu e outros moradores eventualmente comentássemos sobre o que levaria pessoas de fora do país a se condicionarem a situações delicadas de segurança e infraestrutura³ para “pesquisar” quando tinham condições de vida relativamente mais confortáveis em seus países. Pesquisar o quê? Seriam esses cientistas sociais algum tipo de espões do governo a fim de explorar e prejudicar movimentos de moradia? Era seguro para nós tê-los ali? No caso das ocupações de moradia, considerando o atual contexto de insegurança e crítica a movimentos sociais, é possível que pesquisadores sejam vistos sob suspeita (ZENOBI, 2010), mas não só eles, como qualquer pessoa que seja, de certa forma, desconhecida.

Ainda que Frank e sua equipe tivessem articuladores – o que mais tarde Frank me apresentou como *gatekeepers*, uma espécie de “porteiro” do campo: pessoas que os introduziram ao contexto dos movimentos sociais e de seus campos, facilitando sua inserção e receptividade da pesquisa - dentro da ocupação, eles ainda enfrentaram uma certa resistência e estranhamento entre os moradores. Eu presenciava comentários e teorias sobre os pesquisadores que eles mesmos não tinham e isso me intrigava: como a pesquisa deles poderia dar certo nessa conjuntura? Existiam coisas que os moradores não gostariam que fossem expostas, isso não implicaria no estudo?

Diversas questões surgiram envolvendo a dicotomia pesquisado/pesquisador - neutralidade, expectativas, pessoalidade, conflitos - e que me motivaram então a tomar a relação entre esses pesquisadores, pesquisados e todo esse contexto como objeto de estudo. A partir dessa experiência, aqueles “estranhos no ninho” passaram a me fascinar. Ao mesmo tempo que se apresentavam como pesquisadores interessados naquela atitude política que estávamos realizando, também tentavam se misturar entre nós de forma que não fossem mais “estranhos”. Do mesmo modo, a mudança do meu ponto de vista de interlocutor para estudante de Antropologia, e das perspectivas acerca das relações que estavam sendo construídas ali também me sondavam e a cada momento em que os

³ Traficantes de favelas próximas; ataques de criminosos ou até de vizinhos que não nos considerassem bem vindos; insalubridade; no início da ocupação: riscos relacionados à saúde e alimentação. Além disso, pensando os pesquisadores enquanto estrangeiros, complicações legais que poderiam ter com o consulado de seus países caso se envolvessem em algum processo judicial

encontrava, conversava sobre isso a fim de entender melhor de que forma se davam as sociabilidades em campo e como isso afetava as pessoas envolvidas.

Depois que passei a estudar a mesma ciência que eles, pedi para fazer parte da equipe a fim de aperfeiçoar meus estudos e contribuir para a pesquisa. Desse modo, passei então a acompanhá-los em seus grupos e reuniões de pesquisas, realizando visitas informais, assistindo apresentações em eventos e até mesmo apresentando trabalhos. Nesse sentido, da mesma forma que a presença desses pesquisadores e a minha relação com a Antropologia criaram-me uma série de questões, elas também surgiram para esses pesquisadores. A todo momento Frank me questionava sobre possíveis críticas ou desconfortos que eu pudesse estar passando dentro da ocupação agora que eu estava envolvido na pesquisa: tanto como interlocutor, como também ser considerado espião pelos demais moradores. No mesmo caminho, dúvidas relacionadas a “neutralidade” e o medo de enviesar o estudo me faziam repensar cada passo, cada conversa com os outros ocupantes e com os antropólogos; se o meu envolvimento no grupo de pesquisa era genuíno ou apenas uma forma de ter um *insider* (BECKER, 2008) envolvido na pesquisa. Em suma, são notáveis até aqui as inúmeras afetações, tanto para pesquisadores como interlocutores, que um trabalho de campo de cunho etnográfico envolve e é isso que pretendo explorar nos próximos capítulos.

Esse trabalho está dividido em três eixos. Primeiro, buco fazer um resgate e debate bibliográfico a partir do que João Pacheco de Oliveira (2009) traz como “um certo mal-estar” na antropologia. Como mencionei, segundo o autor, há uma espécie de atraso entre o que se tem como auto representação da Antropologia, uma imagem a partir dos estudos clássicos, ainda carregada com aspectos colonialistas e imperialistas de sua origem, e a forma como essa é produzida atualmente. Hoje, a Antropologia demanda mais engajamento político do pesquisador e temáticas de estudos extremamente variadas, voltadas, em grande parte, para a própria sociedade desse e situações do seu cotidiano ou inseridas em seu contexto social. A partir disso, considerando os enormes desafios éticos propostos pelos novos temas de estudo, pretendo refletir sobre “observar o familiar” (VELHO, 1980) e abordar trabalhos relacionados às adversidades no fazer antropológico (RIBEIRO et al, 2017).

Em seguida, pretendo pensar quais são os desafios de se fazer antropologia hoje a partir do resgate de conversas e de vivências em campo com meus interlocutores antropólogos através de suas trajetórias políticas, pessoais e profissionais, seus desafios e metodologias de imersão em campo. A proposta é compreender as diferentes

perspectivas e motivações que levaram esses pesquisadores aos seus interesses de pesquisa, os motivos para realização de tal estudo e qual o objetivo e resultado disso tudo. A ideia aqui é abordar como aspectos relacionados à pessoa do pesquisador – classe social, cor, gênero, nacionalidade... - e valores – religião, hábitos, princípios, sentimentos... - são acionados ao longo da realização da pesquisa antropológica e como isso influencia na produção de conhecimento. É preciso assumir que, apesar de se buscar uma espécie de distanciamento a fim de melhor compreender nossos interlocutores, o corpo do antropólogo é marcado de diversas formas e é preciso estar atento a isso quando se pensa a imersão e o trabalho de campo.

Por fim, o último capítulo busca retomar algumas reflexões sobre o processo de realização da pesquisa. Ao longo do desenvolvimento desse trabalho, de tantas visitas, entrevistas e mecanismos usados pela Antropologia para a obtenção de dados, algumas questões referentes a definição de “trabalho de campo”, dos limites e potencialidades de uma pesquisa antropológica se fizeram presentes. Além disso, durante o campo um dos meus principais interlocutores faleceu e, apesar do luto e da tristeza, essa ausência trouxe a lume algumas reflexões sobre a prática etnográfica. Com isso, esse capítulo buscará dar lugar a essas reflexões.

CAPÍTULO UM - DOS BARCOS A TERRA FIRME

Eu estava mediando uma mesa em um evento organizado pelo grupo de pesquisa de Frank para discutir a temática das lutas por moradia no centro do Rio. Era um dia quente, ainda que fosse inverno e estivéssemos em um auditório de uma universidade próxima da praia. Uma sala pequena, mas bem estruturada, e estava com metade da ocupação das cadeiras. A mesa que eu mediava era com outros quatro interlocutores dos pesquisadores, um de cada um de seus respectivos campos de pesquisa, e a ideia era ter uma conversa sobre suas impressões em participar de uma pesquisa antropológica e como percebiam essa experiência.

Todos deram seus depoimentos falando coisas consideradas boas: sobre como a presença dos pesquisadores ajudou através de doações financeiras que contribuíram para a realização de pequenos reparos nas infraestruturas das ocupações; das ajudas com mantimentos; da legitimação da luta que uma pesquisa de porte internacional agregava; as amizades e oportunidades que se criaram ali; incentivos à educação de crianças e de adultos que continuaram ou voltaram a estudar e outras coisas. De modo geral, todos os comentários giravam entorno de 1) recursos financeiros que possibilitaram a realização de determinadas atividades e reformas e de 2) criação de vínculos sociais que incentivavam o estudo, momentos de alegria e trocas de experiências pessoais. É importante ressaltar aqui os múltiplos efeitos e significados de uma “pesquisa” e como ela se confunde com a pessoa dos pesquisadores: há um valor simbólico que traz uma série de articulações envolvendo dinheiro, recursos e legitimidade para as causas.

Após todos darem seus depoimentos, abrimos para perguntas e Raimundo, uma das lideranças de um dos movimentos sociais envolvidos nas ocupações pediu a palavra e perguntou: “Gostaria de saber dos colegas da mesa como eles se sentem sabendo que a pesquisa uma hora vai acabar, que esses pesquisadores vão embora. O que vai ficar disso? Será que o apoio vai continuar? Porque eles chegam, fazem pesquisa com a gente, abrimos nossa vida e depois eles vão embora”. O tom de Raimundo soou agressivo aos colegas da mesa que, vale lembrar, eram também seus colegas de luta social. No entanto, era nítido que sua mensagem era dirigida aos pesquisadores e a sua percepção sobre as ciências sociais e a Antropologia podia se relacionar com o que João Pacheco de Oliveira (2009) chama de “um certo mal-estar na Antropologia”: essa ideia supõe que há uma espécie de lacuna entre o que e como a disciplina acontece hoje, com relação a como a disciplina está representada no imaginário das pessoas de modo geral: uma constante associação da disciplina com práticas etnocêntricas e colonizadoras.

Podemos observar essa discussão também com Roberto DaMatta ao apresentar em seu livro *Relativizando: uma introdução a Antropologia Social* (2010) a perspectiva de como durante muitos anos a formação de Antropólogos foi (e talvez ainda seja) marcada pela jornada do herói: o autor descreve como é comum em muitas sociedades a realização de alguns ritos de passagem para marcar mudanças de status sociais dentro de determinados grupos – é o que acontece, por exemplo, com despedidas de solteiro para marcar o fim da vida de solteiro para o início da vida de casado; trotes universitários para marcar o início de uma graduação e outros. Nesse sentido, na Antropologia não é muito diferente: o trabalho de campo marca esse rito de passagem entre o antropólogo que sai da sua sociedade, viaja para longe e, depois de passar por uma série de infortúnios e desafios da pesquisa, retorna uma pessoa renovada e que finalmente será reconhecida pelos pares.

É notável em trabalhos clássicos da disciplina como a jornada do herói se faz presente: os pesquisadores saíram de suas sociedades e de seus contextos sociais, pegaram navios ou viajaram para terras e tribos distante, viveram uma série de choques culturais e tiveram que reconstruir relações para enfim, depois de anos longe de casa, retornar com informações preciosas e marcarem a história da Antropologia (MALINOWSKI, 1978; LEVI-STRAUSS, 1996; LEIRIS, 2008; DAMATTA, 1978). Hoje em dia isso ainda é muito presente; no entanto, o ponto aqui é refletir sobre como essa perspectiva de partida, aventura e retorno contribuiu para uma visão de que a Antropologia é uma disciplina do “outro”, do “primitivo”, daquele que é “distante”. Dessa forma, podemos inferir essas questões relacionadas ao etnocentrismo e relações de poder presente no imaginário de muitas pessoas com relação à Antropologia, ou pelo menos, de forma mais geral, aos pesquisadores que tradicionalmente pertencem a um status social desigualmente visto em relação aos seus interlocutores.

Conforme aponta Laplantine (2003), por muito tempo a Antropologia foi marcada por uma divisão de tarefas e uma prática muito mais distante do que a de hoje. Os trabalhos de campo eram delegados ou eram feitos a partir de relatos de missionários, viajantes ou comerciantes, cargos que tradicionalmente transitavam e conviviam com diferentes grupos, tribos e sociedades que eram de interesse de pesquisadores - os eruditos, que analisavam as informações e faziam suas produções a partir desse material. O texto também aponta como havia uma clara distinção, o chamado funcionalismo, entre os povos ocidentais e industriais e os grupos considerados “primitivos”.

Em suma, o autor chama atenção para uma espécie de divisão hierárquica entre esses grupos, um claro distanciamento entre o que lhes era relatado e o que de fato acontecia em campo e, poderíamos sugerir, uma espécie de truncagem nas informações que saíam, que chegavam e que eram publicadas sobre esses grupos estudados. No entanto, cabe ressaltar que isso não faz das informações mais ou menos verdadeiras, apenas que as interpretações aconteciam a partir de olhares de terceiros, ou seja, eram de segunda ou terceira mão.

Conforme também aponta Ingold:

Nossos armários estão literalmente cheios de esqueletos, sem falar de tudo mais, de cabeças encolhidas à parafernália ritual, roubados de povos de todo o mundo para encher nossos museus. Nós não nos orgulhamos da equipe de medidores de crânio, caçadores de tesouro e ladrões de peças culturais que enchem as páginas de uma história disciplinada que se parece mais a uma série de largadas queimadas do que uma corrida ao pódio. (INGOLD, 2019. p. 35)

Segundo apresenta Rocha (1988), o etnocentrismo é “a dificuldade de pensarmos a diferença” e é possível associá-lo a uma série de clássicos da Antropologia. Apesar da convergência dos pontos entre muitos dos autores, usarei um autor por questão para ilustrar a discussão. O primeiro deles é o distanciamento cultural, que é uma marca no trabalho de Malinowski (MALINOWSKI, 2018; LAPLANTINE, 2003); é notável a diferença social entre o antropólogo e seus interlocutores: de um lado, um antropólogo ocidental, que vinha de um contexto acadêmico, urbano e político completamente diferente das tribos trobriandesas que viviam de forma mais remota, distante e tinham seus próprios sistemas econômicos e políticos, objetivos de estudos de Bronislaw. O pesquisador se muda para essa tribo e passa anos os acompanhando e se relacionando com os, na época, informantes em que o vínculo se dava muito de maneira unilateral e baseado na troca entre informações, de um lado, e bens materiais do outro.

Ademais, Zenobi (2010) nos apresenta também como, no início das grandes guerras, a atividade de antropólogo e cientista social era perfeita para a sondagem de países inimigos e coleta de dados que poderiam ser usadas em guerra. Denúncias como a de Franz Boas ao jornal *The Nation*, expôs pesquisadores que explanaram informações de pesquisa de modo a favorecer os Estados Unidos na Primeira Guerra e que foram o pontapé inicial para a denúncia de atividades antiéticas por parte de antropólogos. Posteriormente, os EUA continuaram a patrocinar pesquisas com o intuito de obter informações privilegiadas, indo contra os comitês de ética de antropologia em vigor que tentaram evitar a não produção de danos aos pesquisados.

Por fim, cabe também ressaltar o panorama teórico que Sherry Ortner (1984 [2011]) faz sobre a Antropologia desde os anos 60. Segundo a autora, é notável como em muitos trabalhos clássicos há uma deformação dos dados no tocante à forma como as sociedades “primitivas” são vistas como algo alheio aos contextos dos próprios antropólogos e cientistas sociais. Ela resalta a importância de estarmos “no chão” para vermos que as pessoas não são “simplesmente como reprodutores e reagentes passivos a um “sistema”, mas como agentes ativos e sujeitos da sua própria história” (1984, p. ??).

A autora chama atenção também para que, apesar das críticas à Antropologia clássica, é preciso entender que “como qualquer teoria, é produto do seu tempo”. Nesse sentido, reforça o que tem se discutido muito nas ciências sociais hoje em dia e que culminou em uma série de práticas mais democráticas, engajadas e horizontais: é preciso rever conceitos, práticas e refletir relações de poder. Ademais, Rosa (2014) também nos chama a atenção para o fato de que o problema dessas questões envolvendo o colonialismo reside:

[...] no fato de que esses processos não admitiriam aquilo que Johannes Fabian (2009[1983]) e, posteriormente, Walter Dignolo (2000) chamaram de co-presença, coexistência ou coetaneidade (coevalness) de outras formas sociais e de seus saberes. (ROSA, 2014)

De todo modo, todo esse contexto e o questionamento que Raimundo nos provoca com sua pergunta durante o seminário marca também uma virada teórica que a Antropologia e o mundo passaram em meados do século XX, em especial após as grandes guerras (PEIRANO, 1992; CALVINO, 1993; ROCHA, 1984; ZENOBI, 2010). Acontecia uma mobilização mundial com relação a questões humanitárias que marcaram a formação de cientistas sociais da época (MOOG, 1965; DUSSEL, 1999; SARAIVA, 2007; ISTOÉ, 2020; ORTNER, 1984 [2011]) , sendo possível notar uma crescente nas preocupações com questões relacionadas a ética, respeito à diversidade e aos interlocutores, engajamento político e luta por direitos nas práticas antropológicas da época e que refletem e se desenvolveram ainda mais até hoje.

Durante uma entrevista realizada com Meryl, uma das pesquisadoras da equipe de Frank, ela me contou como essas mudanças marcaram sua vida e formação como pessoa. Ela é canadense, aproximadamente 35 anos, branca, loira, olhos claros, vaidosa e muito simpática: é formada em Antropologia, mas não se considera antropóloga. Se identifica mais com a produção de audiovisual. Segundo ela, grandes movimentos políticos e organizações sociais como *USA For Africa* e *World Vision* que atuam no combate à

desigualdade e em questões humanitárias marcaram sua adolescência e a incentivaram ao longo da sua vida a refletir sobre como suas ações impactavam nessa luta:

Os anos 80 era muito essa estética do tipo “vamos salvar a África?”, do tipo We are de world, World Vision, essas ideologias, organizações que você podia adotar uma criança no Benin por 5 dólares por mês, e você recebia uma foto da criança que você mandava pra escola. Essas coisas que hoje em dia eu crítico muito... essas eram as primeiras imagens do “terceiro mundo” que eu tive e, pra mim, tipo, eu não me conformava em como uma criança pode morrer de fome na África, quando eu estou com a barriga cheia aqui? Era uma coisa que me revoltava profundamente. (Entrevista com Meryl, 2019)

No mesmo caminho, Frank também trouxe algumas reflexões nesse sentido. Durante uma conversa que tivemos, ele faz referência a uma série de outros importantes marcos na luta contra desigualdades sociais como a Teologia da Libertação e algumas Revoluções que marcaram diversos países pelo mundo (ORTNER, 1984[2011]):

O meu guia no final dos anos 70 e no início dos anos 80 foi o antropólogo Eric Wolf, que ele virou meu orientador, mas eu tava lendo tudo dele pelo seguinte, em 1969, ele publicou... um livro muito influente que se chama “as lutas dos camponeses do século 20”, que eu fiquei muito impressionado por aquele livro porque foi um livro muito muito analítico que estava comparando 5 revoluções diferentes históricas do século XX: a Revolução Mexicana, a Revolução do Vietnã, a Revolução Chinesa, a Revolução Russa e a Revolução Algeriana. E foi muito importante pra mim, pra minha formação porque eu fiquei sabendo que esse livro é... foi usado por muitos movimentos revolucionários, eu acho, durante os anos 70 (Entrevista com Frank, 2019)

O fato por exemplo quando eu estava muito envolvido nas comunidades de base da teologia da libertação... O modelo que surgiu para mim que fosse mais interessante era do antropólogo, do pesquisador entrar num processo coletivo, entrar num processo de conversa com lideranças de mobilizações que já tivessem um compromisso de longo prazo numa luta determinada, que por mim um momento de escolha de bom, eu to me solidarizando com a luta de essas organizações, então eu vou entrar num processo coletivo de conversa, de definição, de articulação, de questões, quais são, quer dizer a grande questão, o que é que vocês não entendem que vocês estão querendo entender melhor para... fazer avançar a luta? (Entrevista com Frank, 2019)

É nesse contexto também que podemos observar aqui o surgimento do que Wagner Gonçalves da Silva aponta como “literaturas de confissões” (SILVA, 1998) que começaram a ser publicadas e a expor esse lado “humano” do antropólogo, a partir, principalmente, da publicação póstuma dos diários de Malinowski (1997 [1967]). Com isso, a academia se dividiu. Esquemáticamente, podemos dizer que um lado defendia que os diários não deveriam ter sido publicados, pois não tinham sido escritos com esse intuito, e o outro defendia que expor os comentários - muitos deles tidos como arrogantes, sexuais e pejorativos que Malinowski fazia sobre seus interlocutores, podia ser enriquecedor para a evolução da metodologia de pesquisa antropológica da qual ele

mesmo tinha sido o principal difusor. No prefácio dos diários de Malinowski, Valetta Malinowska (apud MALINOWSKI, 1997: 12–13) registra:

[...] depois de ponderar seriamente sobre o assunto, cheguei à conclusão de que é muito mais importante dar aos atuais e futuros estudiosos e leitores das obras antropológicas de Malinowski essa visão direta de sua personalidade íntima, e de sua forma de viver e pensar durante o período de seu mais importante trabalho de campo, do que trancafiar esses sucintos diários em um arquivo. Declaro-me, portanto, a única responsável pela decisão de publicar este livro.

Ainda assim, apesar de todo esse contexto nos remeter a situações de questionamentos sobre as práticas antropológicas em referência a essas origens problemáticas, também é possível perceber algumas associações da pessoa do pesquisador a uma espécie de “salvador da pátria”, um benfeitor, que vem para resolver uma série de problemas, em sua maioria financeiros como veremos mais a frente. Debates sobre questões relacionadas à “compra” de informações por parte de antropólogos, bem como sobre os limites entre uma espécie de retribuição aos interlocutores por receber pesquisadores têm cada vez tomado mais força, principalmente em campos de pesquisa considerados mais vulnerabilizados ou que envolvem compras e/ou vendas de produtos ou serviços (BARRETO, 2017; MARINS, 2016; DAMATTA, 2010).

Em suma, pensar e discutir questões relacionadas ao fazer antropológico, suas adversidades metodológicas e éticas se apresenta em escassas oportunidades nos textos clássicos. De modo geral, o debate existente nessa literatura mais antiga gira em torno de outras temáticas, e aborda as questões mencionadas de forma transversal. Os conflitos dos pesquisadores aparecem implícitos e perdem a atenção para a narrativa maior sobre o grupo estudado, salvo em algumas exceções nas quais tais reflexões aparecem nos prefácios, ou apêndices. Pouco se fala efetivamente sobre os efeitos dos conflitos e/ou fracassos com os quais pesquisadores lidam em campo durante o exercício de suas pesquisas, seus desdobramentos e influências no resultado de seus trabalhos. É um processo de discernimento muito grande e que atinge o antropólogo de diversas formas possíveis, sendo necessário trazer à tona que os antropólogos também são humanos e que muitas vezes tem que lidar com situações que os agridem, física ou mentalmente, mas em nome da pesquisa, muitas vezes relevam para seguir em frente. Como esse processo atinge o pesquisador e como ele lida com isso?

Não podemos desconsiderar que, apesar dos constantes debates, desconstruções e problematizações de questões sociais que motivam diversos desafios como o racismo, a LGBTfobia, o machismo e outros, eles muitas vezes são mais fomentados apenas dentro

dos portões das universidades enquanto no contexto da pesquisa aparecem de formas inimagináveis para o pesquisador. É claro que dentro de espaços acadêmicos também existem essas injustiças sociais, no entanto, é um espaço mais receptivo e amparado a mobilizações e reações das minorias. Já no campo, algumas manifestações podem não caber. Como deve lidar um antropólogo LGBT que pensa questões sobre a homofobia? Como deve lidar uma antropóloga feminista que está inserida em campos machistas? Como deve lidar um pesquisador ou pesquisadora da religião em contextos de extremismo e radicalismo religioso?

Como podemos observar até aqui, nesse contraste entre os clássicos e o fazer antropológico contemporâneo, o que consideramos marcações – de gênero, étnico racial, orientação sexual, classe social, nacionalidade entre outras- hoje, naquele contexto, nem eram marcações, mas características naturalizadas que tantos outros autores carregavam — homens, brancos, europeus, com situações financeiras favoráveis, acadêmicos entre outros. Estas características atravessavam questões relacionadas à colonização, espionagem, furtos de relíquias de povos tradicionais e outras problemáticas envolvendo processos conflituosos (PEIRANO, 1992; CALVINO, 1993; ROCHA, 1984) que estavam em voga durante as grandes guerras e conflitos territoriais (ZENOBI, 2010).

Hoje em dia, esse debate se estabelece de forma diferente, uma vez que é pautado em uma discussão focada nos efeitos e desdobramentos que a presença de pesquisadores provoca em campo. Apesar disso, hoje em dia ainda é cobrada uma maior presença desses temas nas etnografias contemporâneas:

Embora a pesquisa de campo seja um momento de profundo aprendizado, são escassas as discussões analíticas sobre possíveis adversidades, riscos e abusos, sobretudo as que se debruçam metodologicamente sobre os corpos marcados na relação antropológica em campo. Nesse escopo, se ir a campo é um movimento fundamental na produção do conhecimento e do próprio fazer antropológico, ele ainda tende a ser romantizado por diversos autores em textos e manuais clássicos de antropologia. (RIBEIRO et al, 2017)

Ademais, precisamos levar em conta os diferentes contextos em que se davam as pesquisas antropológicas nos séculos passados. A maioria dos autores clássicos saía de seus cotidianos urbanos para pesquisar em outros continentes, o que envolvia realidades, costumes, hábitos e outros fatores extremamente diferentes dos seus. Enquanto isso, na contemporaneidade, os estudos entre os próprios pesquisados (VELHO, 1980) e no meio de onde se originam os pesquisadores são muito comuns. Ainda assim, o estranhamento e o distanciamento são marcas de qualquer imersão em campo e com interlocutores.

Conforme Leiris (2008) desabafa em seu diário, o pesquisador pode muitas vezes ser julgado como “lúgubre, difícil, parcial — até injusto”, mas são pautas que fazem parte da prática etnográfica.

Em suma, o fazer antropológico como conhecemos exige a sociabilidade. Faz parte da metodologia de pesquisa a construção e estabilização de relações sociais próximas com os nativos para que possamos adentrar ao seu contexto social, entender suas perspectivas e pensar as questões que forem relacionadas ao tema de pesquisa. Tudo isso a partir de conversas informais, entrosamento no campo, entrevistas formais, visitas constantes e muitas outras formas de socialização a fim de buscar uma imersão naquele universo. Paradoxalmente, o que geralmente os pesquisadores também buscam é uma espécie de “distanciamento” – no sentido de evitar influenciar diretamente no campo visto que a influência indireta é inevitável - uma vez que ele dificilmente será de fato um nativo – e mesmo quando for deverá estar atento ao “familiar”. Assim, ele deve ter responsabilidade sobre os dados que vai produzir e (tentar) evitar equívocos para uma coleta de informações mais efetiva para análise e produção de conhecimento.

Ainda assim, é preciso estar atento também a contextos de risco. Nossos estudos devem ter recortes muito específicos e devemos levar em conta sempre o contexto de produção dos fatos que podem ser perigosos ou até mesmo instáveis em diversos aspectos e em como isso pode influenciar no trabalho de campo. Desde pesquisar em tribos afastadas a pesquisas com o tráfico de drogas em cidades grandes, o antropólogo se envolve em questões de segurança, adaptação ou violência que podem exigir um controle emocional inesperado (MEDEIROS, 2017; BARRETO, 2017; AQUINO, 2015; MACIEL, 2018^a; MORENO, 2017; ALBUQUERQUE, 2017).

CAPÍTULO DOIS – ESTAR NO CAMPO

ENTRANDO EM CAMPO

No apêndice IV de “Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande” (1976), Evans-Pritchard abre o capítulo falando uma das maiores verdades, do meu ponto de vista, que guiam a formação do antropólogo: “ninguém sabe muito bem como faz o próprio trabalho de campo”. Ele apresenta diversas ‘dicas’ que outros autores trazem em suas obras, ou em conversas informais: não conversar por mais de 20 minutos com um informante para não parecer entediante; ser um cavalheiro; ficar longe das mulheres; não ser um idiota e nem se preocupar com beber água suja, isso criaria anticorpos. Além disso, Pritchard também traz dicas próprias ao falar sobre como é preciso ter um objetivo claro de pesquisa, que todo saber é relevante para pesquisa – independentemente de ser erudita ou não – e que o pesquisador deve seguir os costumes e valores locais. Em suma, como podemos observar, a entrada em campo é uma das etapas mais importantes das pesquisas antropológicas e que definem os rumos de nossos estudos.

Para os meus interlocutores isso não foi muito diferente: apesar de formarem um grupo só, os pesquisadores da equipe de Frank se dividiam entre as ocupações em que faziam campo. Ou seja, cada pesquisador atuava mais em um dos locais. Era notável uma espécie de individualização do trabalho de acompanhamento das ocupações, mas havia uma troca intensa de informações entre a equipe devido a três fatores principais: 1) as reuniões frequentes da equipe para troca de informações, estudo, escrita e atualizações sobre o andamento do campo; 2) devido à proximidade geográfica das ocupações e, conseqüentemente, também do diálogo entre as ocupações em ações sociais, manifestações e audiências públicas no tocante ao direito à moradia e outros direitos. Por fim, 3) cabe destacar também o papel de Alberto, uma forte liderança e militante dos movimentos de moradia no centro do Rio de Janeiro, que também é cientista social e integrava a equipe de Frank.

Alberto era um homem negro, cerca de 40 anos e eu nunca o vi sem boné. Estava sempre de bermuda, camiseta e alguns acessórios que remetiam a cultura e religiões de matriz africana. Ele é uma pessoa sempre muito afoita, ágil e que estava sempre com a mão na massa: distribuindo marmitas, promovendo articulações sociais, buscando auxílios financeiros, doações de mantimentos, roupas e outros. Dificilmente via Alberto parado ou descansando, estava sempre em movimento resolvendo pendências e buscando sempre auxiliar de alguma forma as famílias das ocupações. Ele era cientista social e já

conhecia Frank de outras participações e encontros de movimentos sociais dos quais Frank já tinha um histórico e envolvimento. De modo geral, Alberto estava ligado a todos os campos de atuação dos pesquisadores que acompanhei devido a sua forte influência e envolvimento com os movimentos sociais enquanto militante. Nesse contexto, Alberto foi uma peça-chave para o acesso ao campo de todos os pesquisadores.

Esse tipo de articulação era importante para pensar a recepção dos pesquisadores por parte do grupo a ser pesquisado. No caso da OVG, era comum que o aceite ou não do envolvimento da ocupação nesse tipo de projetos passasse pelo crivo das reuniões semanais entre todos os moradores do prédio. Eram sempre em algum dia da semana na parte da noite – era o melhor horário para a maioria dos moradores que trabalhavam durante o dia. Essas reuniões aconteciam no “coletivo”, um espaço do prédio onde antigamente funcionava a garagem. Ele era um pouco escuro, mas os moradores haviam colocado alguns pontos de luz que iluminavam bem a noite. Formava-se uma roda com diversos tipos de cadeira (carteiras, bancos, sofás, poltronas, latas de tinta...) em que as pessoas iam se sentando conforme chegavam. Ao centro da roda havia uma mesa de centro baixa, de madeira marrom onde geralmente ficava o caderno de atas dos encontros.

As reuniões contavam com todas as formalidades que uma reunião pedia: pautas, informes e encaminhamentos, sempre registrada na ata por um dos moradores, sempre havia um coordenador e um secretário para auxiliar em cada encontro e que geralmente era decidido na hora. Quando o assunto já não havia sido introduzido anteriormente, os participantes podiam pedir para que determinada pauta fosse acrescentada ao encontro. Isso dependia de uma série de fatores: o nível de envolvimento da pessoa com o movimento social, se era uma liderança ou não, frequência com que participava das tomadas de decisões da ocupação etc.

Tanto Frank quanto Meryl e tantos outros grupos que passaram pela OVG com o objetivo de desenvolver trabalhos, pesquisas e projetos tiveram que passar pela aprovação dos moradores durante essas reuniões: eles compareciam, apresentavam seus projetos e intenções, depois acontecia o momento de tirar dúvidas e, às vezes, um momento de debate entre os moradores que poderia ser com ou sem a presença do proponente e, por fim, a decisão final que era sempre votada: o que a maioria decidisse, seria encaminhado.

Apesar de integrarem a mesma equipe quando comecei meu trabalho de campo, quando eu conheci a equipe de pesquisadores não era assim: apesar do interesse em desenvolver trabalhos com temas muito próximos, Meryl e Frank vinham com objetivos diferentes e não eram tão próximos. Frank estava chegando ao Brasil e montando sua

equipe para desenvolver uma pesquisa durante os próximos quatro anos. Ele dispunha de um aparato institucional considerável: tanto com relação a recursos financeiros e o respaldo das instituições de renome internacionais que financiavam o estudo e fariam uso dos dados, como também já tinha experiência e histórico, contato, dentro dos movimentos sociais com diferentes lideranças e outras lutas sociais.

Essa articulação só aumentava e agregava mais parceiros conforme mais pesquisadores eram vinculados ao grupo. Além disso, o tempo que o estudo dispunha para ser desenvolvido também era grande e haveria mais tempo, disposição, organização e articulação para que relações fossem desenvolvidas, laços criados e dados obtidos. Frank me contou que quando participou da reunião, foram bem recebidos e teve que levar um monte de papéis para falar sobre a pesquisa, apresentando e tirando dúvidas: disse que queriam entender mais sobre os movimentos de moradia, colaborar com a luta e que ao fim escreveriam um livro. Em suma, ele disse que não sentiu muita resistência e conseguiu a aprovação dos moradores para desenvolver a pesquisa na OVG.

Já Meryl tinha dois ou três meses para gravar um filme sobre os impactos dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. Ela chegou ao Brasil bem na época em que se estava planejando o dia da efetiva ocupação do prédio da OVG. Naquele primeiro momento a sua presença não havia sido muito questionada devido à necessidade do movimento de agregar o máximo de pessoas possível no ato de ocupar: os primeiros dias são cruciais para o sucesso da ocupação e o grupo já estava devidamente organizado e preparado para enfrentar as autoridades que logo poderiam ser acionadas pelos vizinhos. Além disso, como iria fazer um filme, Meryl contava com equipamento profissional de filmagem, o que de certa forma intimidou, segundo relato dos moradores após a ocupação do prédio, as ações das autoridades: eles não sabiam de onde eram aquelas câmeras e até onde aquelas filmagens poderiam chegar.

É notável como uma produção audiovisual pode ser potencialmente de mais fácil veiculação e assimilação entre os telespectadores do que um texto. Um filme faz mais uso de mecanismos auditivos e visuais que articulados podem passar uma mensagem de forma mais objetiva e clara para quem assiste. Enquanto isso, o texto demanda desde já uma instrução e um letramento maior por parte de quem o acessa para interpretá-lo. Com isso, a elaboração de um filme parecia mais sensível a repercussões mais imediatas, num contexto de uma ocupação que estava apenas começando e não queria chamar atenção, do que um livro ou um texto escrito.

É, o poder o audiovisual, é a magia do audiovisual que é muito acessível. Foi o que me fez, aliás, pular de antropologia para o audiovisual foi isso, assim. Eu fiquei muito triste depois de dois anos de pesquisar com presos sem papel na França, chegar com uma tese, dissertação de mestrado, 150 páginas que ninguém ia ler, nem minha mãe leu, nem eles, óbvio. No máximo eles gostavam do objeto “nossa, tem meu livro nisso aí”, era um status, mas pra chegar a ler, não. [...] Eu entreguei o DVD, pra família, a primeira que eu entreguei ai eles “vamos botar?”, eu [pensei]: “não aguento mais ver esse filme,” mas junto com eles, na TVzinha deles, a imagem toda ruim, foi maravilhoso. E eles, que conheciam, que viram várias vezes o filme, sabiam o que tava pra chegar. Tem uma identificação imediata, uma leitura. (Entrevista com Meryl, 2019).

Posteriormente, passado os primeiros dias de ocupação e conforme o movimento de moradia ia se consolidando naquele espaço, a presença de Meryl começou a ser questionada. Os mesmos motivos que lhe trouxeram aceitação inicialmente, foram os que levaram aos conflitos que a envolveram. Diferente de Frank, a Meryl não contava com a mesma articulação com lideranças e a mesma rede de contatos, apenas com Alberto. Ela tinha menos recursos para usar durante sua pesquisa e o seu trabalho obteria um alcance e publicidade maior e a curto prazo. A maior preocupação das pessoas era para qual seria o uso das imagens, como isso se daria, que respaldo institucional ela tinha, se isso não se desdobraria em algum tipo de distorção do uso das imagens. Diferente de Frank, ela não obteve aprovação dos ocupantes para o desenvolvimento do filme na OVG.

Todo esse processo de negociação tomou praticamente todo o tempo de Meryl para desenvolver seu filme, restando-lhe apenas um mês quando finalmente teve seu filme indeferido pela ocupação no centro. Ela teve que buscar um novo campo através de um outro amigo, Jack:

O filme era roteirizado, eu sabia exatamente o que eu queria fazer, só não tinha onde. Ai eu lembrei desse meu amigo, americano que morava aqui há muito tempo, hoje ele voltou pros EUA, mas o cara... a profissão dele é isso: fixer. É a pessoa que vai ser contratado por uma equipe de filmagem, é o cara loca, o cara safo que vai abrir as portas, que vai resolver os problemas, que vai achar os problemas pra tudo, o cara que conhece todo mundo. [...] quando eu acabei ficando sem lugar pra filmar eu falei pra ele: “Tô na merda, tenho uma equipe de filmagem que chega, help, tenho duas semanas pra me virar”.

Ai ele falou: “Pois é, eu sempre te falo daquele lugar X” e pra mim eu queria filmar na zona portuária, toda minha pesquisa tinha sido lá, mas eu falei: “nessa altura do campeonato foda-se, vou explorar qualquer coisa” ai ele falou “eu to viajando amanhã a tarde, vou passar 3 semanas na Amazônia”

Dai eu pensei, “ihh vai dar merda”, mas ele perguntou “ta livre amanhã de manhã?”

“Eu tô”

“Então vou te levar lá”.

A gente foi lá e ele falou “vou te apresentar o Carioca, que é esse cara que abre as portas”.

[...] Eu conhecia o lugar, já tinha ido lá várias vezes [...] pra eventos de jongo, aquele lugar me dava medo, sabe? Era horrível, no sentido de que tipo assim, tinha muitos usuários de crack, ficavam na porta, que é um lugar que você acha que vai entrar no inferno. Era muito apavorante, muito, mas chegando com pessoas totalmente diferente, aquele lixão, o cheiro. Deu um nó no meu estômago, eu não consegui comer o dia inteiro de tão horroroso que é o lugar. O filme é muito mais light que a realidade, justamente por essa questão política que a gente não queria mostrar só o trash, muito fácil eu chegar lá e filmar só a miséria. Eu acho que isso objetifica a pessoa, muito miserabilista, não queria isso. Era muito chocante. O Carioca me levou pra casa de várias pessoas e “éh, a gente quer contar nossa história”, eles não tinham tido muitos contatos, com mídia... [...] As pessoas tinham ainda essa fome de “ah, a gente quer contar nossa história” [...] e ai eu fiquei em contato com o Carioca e eu voltei umas [...]vezes sem câmera ainda, pra eu me familiarizar com as pessoas [...].

(Entrevista com Meryl, 2019).

Nesse sentido, mais uma vez podemos observar a importância de se ter um contato que facilite e articule sua entrada em campo. A presença do pesquisador pode ser percebida de diversas formas e repercutir de várias maneiras a depender de uma série de fatores e contextos em que se vai desenvolver a pesquisa. É preciso pensar como a aparência e as articulações sociais que um trabalho de campo envolvem, afetam a forma como uma pesquisa será desenvolvida. Com isso, somos levados ao próximo ponto: refletir sobre a identidade e as personalidades que constituem os pesquisadores.

A IDENTIDADE DO PESQUISADOR: GÊNERO, SEXUALIDADE E NACIONALIDADE E SEGURANÇA EM CAMPO

Eu estava assistindo uma aula na universidade à convite da Patrícia, uma outra integrante da equipe de Frank: ela era uma mulher branca, cabelos escuros e tinha um semblante quase sempre sério, mas era muito simpática. Ela falava bem, de uma maneira requintada, e se vestia sempre com roupas de estampas minimalistas e elegantes, sempre peças delicadas e nada extravagantes. Estávamos todos da turma conversando sobre como gostaríamos de, depois da aula, ir para um bar tomar uma cerveja. Todos concordaram rindo e ela então disse: “não tem nenhum evangélico ai não, né? Mas se tiver não tem problema, porque eu também sou e tomo [cerveja]”. Conhecer essa informação sobre Patrícia, o que foi uma surpresa saber que ela era religiosa, me remeteu a pensar questões referentes às identidades do pesquisador e como elas impactam no campo.

De modo geral, é possível perceber na história da ciência uma constante busca pela imparcialidade na esperança de menos impactar ou enviesar estudos (DAMATTA,

2010; INGOLD, 2019). Nas ciências humanas já é muito mais difundido que imparcialidade na ciência não existe e, logo, é comum que cientistas sociais mobilizem de aspectos pessoais e relacionados a sua história de vida para criar identificação e aproximação com os interlocutores de alguma forma. Contudo, é preciso também pensar os impactos das identidades do pesquisador no campo, que podem ser positivos ou de insucesso.

Ao aprofundar o tema, notei que, apesar de se prezar uma antropologia sem marcações (MORENO, 2017; PRITCHARD, 2005), fora do ambiente acadêmico, quando se está de fato no campo, ou até mesmo na “vida pessoal”, antropólogos assumem e/ou são considerados de diferentes maneiras. Desde “professor”, “pesquisador” (BARRETO, 2017; MEDEIROS, 2017; CHAGAS, 2014; MACIEL, 2018a), “fotógrafo” e/ou “advogado” (KANT DE LIMA, 1997), como “convidada” (BABO, 2021) ou até como “espiões” (ZENOBI, 2010). Além disso, observa-se como questões ligadas à personalidade do pesquisador – religião, raça/cor, classe social, gênero, idade e tantos outros fatores que moldam nossas identidades – dizem muito sobre como nossa imersão em campo vai se desenvolver (CHAGAS, 2014; MEDEIROS, 2017; BERREMANN, 1990; MORENO, 2017; PRITCHARD, 2005).

Segundo Frank, desde a elaboração do projeto dessa pesquisa, sua ideia era recrutar pesquisadores e pesquisadoras da maneira mais diversa possível. Para ele era importante ter diferentes perspectivas e articular essas diversas identidades proporcionaria acesso a diferentes campos dentro das ocupações. Por exemplo, era nítido o papel fundamental de Alberto na articulação entre a pesquisa e os moradores das ocupações justamente devido a sua posição de liderança dentro desses espaços. Ademais, Patrícia também se juntou ao grupo com o objetivo de conseguir acesso a uma das ocupações em que pesquisavam, uma vez que perceberam que uma antropóloga mulher seria mais bem recebida pelos moradores.

Todavia, nem sempre é fácil articular questões pessoais com o campo e é preciso lidar com uma série de adversidades e desconfortos que permeiam o trabalho de campo. Os pesquisadores muitas vezes se veem *Entre saias justas e jogos de cintura* (2007), livro onde Fleischer e Bonetti reúnem uma série de percalços vividos em campo que perpassam pelos mais variados temas articulando sucessos e insucessos das relações criadas em campo por antropólogas mulheres. No caso de pesquisadoras mulheres em especial, como veremos mais a frente, a questão da identidade é muito mais central e dita vários outros temas como segurança em campo, assédio, autoridade profissional e acesso a espaços.

Nos anos que acompanhei o trabalho desses pesquisadores, desde antes de iniciar a graduação, conheci dois namorados de Meryl. Um deles se chamava Raul, era pardo, usava *dreads* e roupas num estilo *hippie*. Era nítido a surpresa das pessoas quando ela o apresentava como seu namorado. As pessoas pareciam surpresas que ela, uma moça jovem e bonita, pudesse namorar um rapaz considerado “bagunçado, feio e desarrumado”. Numa outra ocasião, ela também me disse como isso aconteceu num outro campo que ela pesquisava de maneira individual quando levou um outro namorado:

Ai eu tinha um alibi extraordinário que era o Raul, que tava comigo, ai eu levava ele pra lá, pro pessoal ver ai as pessoas não entendiam “você tá saindo com esse cara?”, o Raul é negro, de dread. Eu gosto de um rasta.
“Esse cara é o seu namorado? Por que você não sai com outro? Não, seu namorado tinha que ser o Jack, ele é bonito, o Sebastian...” Era uma coisa assim, horrorosa, ai eu:
“Pra mim ele é o mais bonito deles”
“Ah não, ele é feio” respondiam.
“Ah, mas por que?”, eu perguntava.
“Ah por que ele é negro”.

(Entrevista com Meryl, 2019).

Nesse sentido, cabe destacar como muitas vezes a identidade do pesquisador e suas escolhas pessoais refletem no campo. Lucas Maciel (2018) foi perseguido, teve sua casa vandalizada e foi ameaçado por um homem após ele descobrir sobre sua sexualidade: ele recebeu o namorado no vilarejo em que pesquisava e em algum momento trocaram um carinho íntimo. Isso foi suficiente para desenvolver uma série de ocasiões de assédio. Barreto (2017), em sua pesquisa em saunas gays, ao ir a campo usando uma aliança de relacionamento, percebeu que isso chamava atenção de seus interlocutores no campo.

Já Fabiane Albuquerque (2017), ao pesquisar imigrantes na Itália, notou que sendo mulher, negra e latina, andar desacompanhada na rua era um risco graças aos estereótipos que foram importados para o país acerca dessas características associadas lá a prostituição; o que tornaria muito difícil estabelecer um campo: finalmente ao conseguir um interlocutor que pudesse intermediar seu contato e introduzi-la a campo, teve sua imagem associada a uma mulher interesseira. Flávia Medeiros (2017), ainda que optando por vestimentas mais neutras durante a sua pesquisa, não se livrou das ‘cantadas’ dos policiais. Dessa forma, podemos observar como pesquisadoras mulheres enfrentam uma série de questões no tocante à legitimidade de seus estudos e da segurança em campo de maneira muito mais marcada.

Numa noite eu, meus pais, alguns moradores da nossa ocupação e os antropólogos saímos para uma confraternização em um barzinho próximo do prédio. Todos estávamos

bebendo e conversando, mas percebi que minha mãe estava constantemente olhando para Meryl e Luan – um rapaz mais ou menos da idade de Meryl, musculoso, moreno e alto. Era uma noite fresca, a música estava animada e as pessoas já começavam a tropeçar embriagadas nos paralelepípedos da rua. Depois que o bar fechou, minha mãe convidou Meryl para dormir na nossa casa e assim que voltamos e fechei a porta, ela disse:

“Sonia, muito obrigada por me avisar, quase que eu caí na conversa dele”.

Na hora eu fiquei confuso e então minha mãe explicou:

“É que o Luan tava chamando ela pra dormir com ele, lá na casa dele e eu avisei a Meryl que era melhor não. Eu tava só ouvindo a conversa dele pra cima dela e era tudo mentira: ele é o maior mulherengo, toda semana tá com uma mulher diferente ai. É até perigoso, porque ela bebeu e sabe lá o que ele vai fazer com ela”.

E Meryl complementou:

“Pois é, ele disse que desde a primeira vez que me viu estava apaixonado e mais um monte de coisa”.

Não seria a primeira vez, descobri posteriormente, que minhas interlocutoras - e tantas outras pesquisadoras mulheres (BABO, 2021; MORENO, 2018; CHAGAS, 2014) - me relatariam questões parecidas envolvendo mais especificamente seu gênero em campo: preocupação com as roupas, acesso a determinados locais, assédio. Meryl me contou algum tempo depois durante uma entrevista sobre uma situação de assédio muito séria que havia passado na OVG que também a impediu de fazer seu filme lá: um dos moradores e lideranças do prédio havia dito que se ela não “fosse para a cama” com ele, ele faria o que pudesse para barrar o trabalho dela lá dentro. Depois disso, ela também me introduziu ao termo “embarangar-se”, que ela havia aprendido quando estava articulando sua entrada no campo em que finalmente gravou seu filme:

[...] falamos com os caras da boca, desde o primeiro dia, vê se eles davam autorização. [...] ai eu fiz uma coisa que eu aprendi essa palavra recentemente “embaranguei”. Ai eu me embaranguei, o Raul olhou pra mim tipo assim “difícilmente você consegue ser mais sem sal, sabe? Ele não falou feia, mas falou sem sal. Coloquei uma roupa horrível, um tênis, sem brinco, ai eu fui lá, subi o morro e o cara todo cheio de ouro:

“Po, beleza, faça mesmo, os caras lá merecem, eles são muito largados, uma desgraça aquilo, as autoridades tem que ver isso, po muito legal esse trabalho social.”

O cara tinha total consciência do que era a parada, foi muito legal. Ai depois: “Me passa seu zap”, não vou falar que não, passei o meu zap.

Ai eu tive um certo medo porque o cara começou a me escrever muito. Porque eu tinha tido essa experiência na OVG, porque ele achava que pelo privilégio masculino dele ele ia me cortar lá dentro se eu não aceitar os encantos que ele

me dava. Ai eu falei “meu deus, vou reviver essa história”, merda, ele vai me cortar, o que eu vou fazer?

(Entrevista com Meryl, 2019).

No mesmo caminho, Patrícia - e Frank posteriormente - também me relatou que a sua integração ao grupo de estudo sobre as lutas por moradia no centro da cidade tinha se dado especialmente com o objetivo de que ela acessasse campos que os pesquisadores homens não estavam conseguindo. O objetivo era ter mais uma mulher na equipe para que ela pudesse se aproximar de uma das ocupações para fazer trabalho de campo. A ideia foi exitosa e Patrícia se tornou a principal pesquisadora do local, abrindo as portas depois para o restante da equipe. Segundo ela, a presença de uma mulher parecia fazer com que os moradores daquela ocupação especificamente ficassem mais à vontade e receptivos à pesquisa antropológica.

Todavia, Patrícia deixou claro que nem toda pesquisa é assim. Durante seu mestrado, ela narra que foi parar pela primeira vez no seu campo sobre agricultura familiar e campesinato sem o seu “kit antropológico”, “de shortinho, chinelo e camiseta”. Ela não foi muito bem recebida em especial pelas outras mulheres do campo, que a viram como uma ameaça aos maridos circulando pelo acampamento com aquelas roupas nada “adequadas”. Ela conta que foi uma situação extremamente embaraçosa, nem ela estava preparada para fazer campo ou já ser apresentada como pesquisadora, a princípio achou que seria uma visita apenas para reconhecimento do território, mas foi surpreendida.

Nesse sentido, é notável como os diálogos entre gênero e segurança em campo são extremamente latentes. No caso de pesquisadores do gênero masculino, as questões relacionadas ao campo são muito mais vinculadas à violência física. Ao se mudar para um dos apartamentos alugados do seu campo de pesquisa de condomínios sociais do PCMV, Frank foi visitado durante uma tarde por um membro do tráfico que lhe deu um recado: o jovem disse a ele que ele tinha até o pôr do sol para “cair fora” de lá, ou “levaria bala”. Segundo o mensageiro, a presença dele estava causando desconforto entre os membros do tráfico porque ele era estrangeiro e era de fora, ninguém o conhecia e não queria saber de nenhum curioso perambulando ali pelo local. No mesmo momento Frank reuniu suas coisas e se mudou para um hotel: o restante da sua pesquisa foi feito a partir de visitas a moradores pontuais do condomínio. Meryl também teve uma percepção semelhante:

Os caras têm direito de vida e morte sobre a gente, eles estão seguindo a gente, eles sabem onde a gente está caminhando, né, eles têm olhos em todo lugar né, então assim, foi um pouco estressante (Entrevista com Meryl, 2019)

A situação se assemelha com a vivida por Jania Aquino (2015) em sua pesquisa com assaltantes de bancos considerados de alta periculosidade: ela conta sobre como esse tipo de campo é extremamente delicado e perigoso, tanto para o campo relacionado aos criminosos que são considerados perigosos; como também com relação à polícia, que poderia considerar a pesquisadora algum tipo de cúmplice desses procurados. A autora conta como teve que articular uma série de estratégias para manter seu interesse estritamente acadêmico, o contato com uma série de colegas da área criminal e instituições de pesquisa que pudessem de alguma forma legitimarem e a respaldarem de alguma forma.

No mais, um outro ponto que também marcava os debates acerca dos pesquisadores eram suas respectivas nacionalidades. Meryl e Frank eram estrangeiros e isso causava certo alvoroço entre os interlocutores e para os moradores das ocupações era estranho ter pessoas de fora do país pesquisando em contextos instáveis – violência, tráfico, desapropriação, irregularidades burocráticas e tantos outros temas que permeavam uma ocupação de moradia. Além disso, era comum que os moradores também associassem a nacionalidade dos pesquisadores com um contexto financeiro e de classe social mais elevado, logo, isso também intrigava: porque pessoas mais ricas querem viver no meio de uma ocupação de moradia, com pessoas mais vulnerabilizadas? Por fim, historicamente o norte global é conhecido pelas suas empreitadas colonizadoras que, conseqüentemente, criava um ar de desconfiança sobre a presença dos pesquisadores, em especial entre as lideranças dos movimentos sociais.

Isso vai ao encontro de pesquisas como a de Fabiane Albuquerque (2017) e Lucas Maciel (2018) que desenvolveram seus campos fora de seus países. Ambos os pesquisadores relatam em seus trabalhos como o fato de serem de diferentes nacionalidades impactou de alguma forma o campo e suas relações nele. Fabiane em especial relata como o fato de ser mulher brasileira também era uma característica forte que impactava a forma como sua presença era percebida em campo, em especial pelos homens e as situações de assédio constantemente vividas: segundo a pesquisadora, era comum que as pessoas ficassem surpresas com o fato dela ser uma acadêmica. Já Maciel conta sobre como chegar em uma nova região sendo de fora era um ponto que chamava

atenção da população local e que isso tanto aproximava devido à curiosidade, mas também distanciava considerando a diferença cultural.

ARTICULAÇÕES FINANCEIRAS E SOCIAIS

Durante o trabalho de campo, as relações sociais entre antropólogos e interlocutores são fundamentais. Tudo impacta e é percebido de alguma maneira, seja pelo pesquisador, ou pelo interlocutor: visitas informais, entrevistas, festas e passeios nos finais de semana ou mesmo o fim de uma pesquisa. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, laços se (des)constróem nos mais diversos desfechos e os rumos que vão levar dependem muito do contexto e como cada envolvido a entende. É importante chamar atenção para como as formas de administrar conflitos mostram o carácter inteiramente intersubjetivo e emotivo da pesquisa etnográfica.

FINANCEIRAS

Em uma visita a campo com Frank, fomos conhecer uma ocupação que ele sondava para agregar como um quinto local de pesquisa. Era um imóvel que tinha supostamente uma organização comandada pelo tráfico da região. Chegamos no prédio e fomos recebidos por dona Gal, ela era uma senhora negra, de meia idade e tinha cabelos grisalhos, andava com certa dificuldade e usava óculos roxos. Extremamente simpática, nos recebeu e ouviu Frank falar sobre a proposta da pesquisa atentamente. A conversa foi se desenrolando e em determinado momento começamos a andar pelo prédio enquanto ela nos mostrava a estrutura e a organização do edifício.

Nesse momento Frank comentou que dispunham de algum recurso que poderia ser útil e uma forma de retribuir caso aquele grupo aceitasse participar da pesquisa. Dona Gal ficou visivelmente interessada e comentou que isso seria ótimo, inclusive ela já tinha feito alguns orçamentos para reformar a fundação do prédio, que estava prejudicada. Essa reforma estava na casa de meio milhão de reais e com a ajuda de Frank seria muito mais viável. O antropólogo ficou ligeiramente sem graça e explicou que a ajuda não seria desse porte, a pesquisa não dispunha de tamanho recurso e havia muitos custos envolvidos nos próximos anos do projeto. A anfitriã rapidamente mudou de expressão e de repente pareceu extremamente desinteressada na nossa visita que se encerrou logo em seguida.

Por se tratar de uma pesquisa financiada por órgãos internacionais, o grupo de Frank contava com recursos consideráveis para a realização e manutenção do campo durante os quatro anos previstos para o estudo. Frank sempre se gabava da sua

organização impecável na distribuição, economia e gerenciamento desses recursos para fazer as “retribuições” aos campos de pesquisa, custos relacionados a operação da pesquisa como passagens, material técnico, produção de eventos, serviços dos pesquisadores da equipe e demais custos. Notoriamente a consolidação do projeto de pesquisa com relação à institucionalidade e dinheiro eram fatores importantes e que eram diferenciais, mas não determinantes, para um melhor desenvolvimento do projeto.

Além disso, era interessante observar que a pesquisa não era considerada a principal fonte de renda dos pesquisadores envolvidos no projeto. A maioria eram professores e contavam com seus salários fixos, bem como complementavam a renda com outros serviços na área de Antropologia como consultorias e gestão de projetos, e, por fim, contavam também com a complementação da renda de seus parceiros e parceiras, no caso dos que eram casados. Dessa forma, o que recebiam referente ao seu trabalho na pesquisa não era considerado sua fonte de renda principal, ao contrário de Meryl que obteve mais dificuldade para acessar ao campo devido ao seu trabalho estar sendo desenvolvido quase que de maneira independente e autônoma. O recurso que dispunha vinha de uma espécie de edital no qual havia sido contemplada e era seu meio de subsistência durante aquele período, era assim que ela vivia: o dinheiro deveria dar para custear a pesquisa e sua vida pessoal.

Não é novidade que a questão do dinheiro no uso de pesquisas seja um fator importante. Nos clássicos, é comum o debate sobre as trocas de “miçangas” e matérias primas e informações entre interlocutores (informantes) e os pesquisadores (MALINOWSKI, 2008; BOAS, 2010), como mencionado no capítulo anterior. Por muito tempo criticou-se na Antropologia o que hoje em dia poderia ser considerado “compra” de informações, o que questiona a validade dos dados: eles foram fornecidos de acordo com a naturalidade dos fatos ou vendidos de acordo com o que se imaginava que os pesquisadores esperavam dessas informações? Vitor Hugo Barreto (2017), em sua pesquisa sobre prostituição masculina nos apresenta seu dilema sobre “pagar ou não pagar” os garotos de programa para que pudesse entrevistá-los e fazer pesquisa. Ele relata sua preocupação com como isso poderia afetar sua pesquisa e que não dispunha de recursos além da sua bolsa de mestrado para financiar esses momentos.

Mais recentemente essa preocupação tem mudado ligeiramente e há uma movimentação em “retribuir” aos interlocutores a recepção dos pesquisadores em seus respectivos cotidianos. Podendo ser essa retribuição não só financeira, mas de outras maneiras: no caso da OVG era comum que Frank desse aulas de inglês ou ajudasse nos

mutirões de limpeza, por exemplo. Ainda assim, Meryl também cita como essa questão é delicada principalmente quando se está pesquisando com pessoas em situações de vulnerabilidade financeira ou classe social mais pobre.

Em uma das nossas entrevistas, Meryl falou sobre a repercussão do filme: após seu lançamento, ele foi exibido em diversos festivais de cinema pelo mundo, participou e ganhou prêmios e foi muito divulgado em universidades, conferências, palestras e outros tipos de evento. Ela contou que registrava sempre essas participações em sua página no *Facebook* para que os protagonistas do filme, que é um documentário, pudessem ver como a produção ia repercutindo bem. Todavia, quando entre um evento e outro ela visitava a ocupação, ela percebia que havia vários comentários sobre como ela estava “ficando rica as custas deles”. Ainda que apenas alguns moradores da ocupação onde ela gravou o filme tenham se disponibilizado a contar suas histórias, era comum que outros moradores ficassem rondando durante seu trabalho como quem julgava e parecia avaliar o que estava acontecendo ali. Inclusive alguns queriam saber sobre quando teriam algum “retorno financeiro” – ainda que não aparecessem no filme, mas por morar na ocupação sentiam-se no direito de cobrar isso dela de alguma forma:

A gente chegava com equipamento, isso já cria, nossa, uma impressão de riqueza, apesar que a gente usava um material que era super pequeno em relação a grandes filmagens, maiores. A gente usava uma coisa assim, bem limitada, justamente pra não ostentar demais e pra ser leve e portátil, mas pra eles não deixava de ser uma coisa, né, que ostenta e que impressiona, e depois o fato de eles acessarem o *facebook* e verem as fotos do filme sendo apresentado em vários festivais internacionais, comigo aparecendo. Eu entendo pra caramba, porque de fato isso é um puta status simbólico, a parte que de fato eu tive algumas passagens de avião pagas pra poder assistir festival, por um outro lado, eu me endividei pra caramba nessa época de divulgação do filme porque você não recebe, no máximo eles te pagam uma passagem e duas noites de hospedaria. Mas pra lançar o filme em Montréal que todo santo dia eu ia lá conversar com o público, fui pra cidade, várias outras cidades no Canadá, fui pra Paris, etc... nunca recebi por isso, então as semanas de vida que eu investi nisso, eu não recebi, porque eu não consegui trabalhar com outras coisas, né, então acabei me endividando, de forma séria assim, milhares de dólares de dívidas, mas pra mim era tipo assim: “eu não vou largar o filme na hora que ele tá pronto, não acompanhar, pelo amor de deus”. [...] Só que aí dava esse efeito de, nossa, Meryl tá viajando através do mundo. Pra eles status é dinheiro, é claro, você aparece num palco iluminado, imediatamente isso pra eles é Oscar, acho que isso é o efeito da mídia também, que é muito glamour que não sei o que, de fato é um reconhecimento simbólico, mas de fato isso não gerou nenhum dinheiro pra mim, essa parte eu posso explicar, de dez formas diferentes, eles não entendem, e não importa, porque pra eles dinheiro é poder e poder que eles tão precisando na vida deles é dinheiro, não é poder ir pra Roma. (Entrevista com Meryl, 2019).

Com isso, é notável também o caráter delicado em se pesquisar em contextos desiguais e que sejam fora do contexto social do pesquisador. Estudos das relações de

poder mais recentes (NADER, 2020; CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014) e pesquisas com perspectivas decoloniais (SANTOS, 2009; ROSA, 2014; bell hooks, 2017) têm apontado algumas dessas nuances: é possível perceber hoje em dia um respeito e uma preocupação maior de pesquisadores em contextos de vulnerabilidade com a realidade social de seus interlocutores e formas reais de engajar suas lutas, contribuir para amenizar desigualdades e lutar por direitos. Ademais, isso também tem se apresentado como uma demanda dos próprios interlocutores que cobram cada vez mais esse tipo de papel e transparência de cientistas sociais com os quais contribuem expondo suas vidas:

Teve um momento que eu estava em São Paulo com migrantes Haitianos. Era um grupo de jovens que estavam planejando fazer a travessia para o Canadá a pé. E a gente tava filmando, eu tava com o câmera, o cara atrás da câmera, e eu estava um pouco mais longe, eles começaram a conversar e de repente eles começaram a projetar como que ia ser essa filmagem se eu fosse acompanhar eles no caminho, e aí um falou assim:

"Ela vai pagar a gente ou não?"

E ele: "não, ela não pode pagar a viagem de todo mundo. Ela não vai pagar",

Aí outro "mas se vocês tiverem dinheiro suficiente e eu, no meio da travessia, eu tô sem mais dinheiro, que que ela vai fazer, ela vai me abandonar no meio do caminho ou ela vai pagar o resto da travessia pra eu poder fazer o filme com vocês?"

Aí eles começaram a debater sobre, aí o câmera olhou pra mim e disse: "Eu acho que você tem que vir e intervir nessa situação, porque tá começando a ficar desconfortável".

E teve um momento que ficou tão tenso que o cara principal que tinha chamado os amigos, ele não sabia mais o que ia responder, ele pediu pro câmera parar de filmar, ele disse:

"Não, pera aí, para de filmar. Que que tá acontecendo aqui?", e ele olhou pra mim e fez essa pergunta: "olha só, eu tô no meio da floresta, sem mais dinheiro ou eu quebro minha perna, você vai me abandonar lá?"

Eu falei: "não, óbvio. óbvio né?"

"Mas você falou que você não ia pagar a viagem"

Eu falei "não, não posso pagar a viagem porque aí seria deturpar a realidade, eu não tenho essas condições todas, mas também não vou deixar ninguém morrer se a gente fizer a caminhada juntos, a gente faz juntos, não vou deixar ninguém na mão".

E aí ele ficou assim pensativo e ele olhou pro câmera e ele falou "oh, é porque é muito diferente, a gente tá fazendo... ela tá procurando fazer um filme e a gente tá procurando uma vida melhor, então a gente não tá... tipo assim, a gente não tem a mesma coisa a perder" (Entrevista com Meryl, 2019).

Com isso, faz-se presente aqui a importância e a presença do debate acerca do uso e organização de recursos financeiros dentro do campo. Da mesma forma, é preciso estar atento e preparado para lidar com idealizações e a autoimagem que permeia a identidade do pesquisador que, como já chamou a atenção Gerald Berreman (1990), ela nunca está sob controle absoluto do pesquisador. Cabe ressaltar também que percalços e desconfortos advindos dessa discussão são inerentes ao trabalho de campo: como pudemos ver, ainda que Meryl, Frank e Patrícia estivessem relativamente preparados para essas questões, elas vieram à tona de toda forma. Além disso, é notável também como junto à discussão relacionada a recursos e dinheiro e a suas dimensões simbólicas e éticas, estão presentes também articulações sociais.

SOCIAIS

Em outro momento, acompanhei Frank a algumas visitas nos condomínios do PMCMV. Ele havia morado lá esporadicamente por algum tempo para acompanhar o cotidiano dos prédios, dos moradores e a dinâmica do lugar. A primeira casa que fomos foi de dona Cláudia: ela era manicure e fazia as unhas de Frank quando ele morava lá. A casa era um pouco tumultuada de móveis e objetos que impedia que a luz entrasse pela janela, deixando a casa um pouco apagada. Ela se sentou no sofá vermelho e Frank em uma cadeira, ele ia aproveitar a visita para fazer as unhas e eu fiquei observando a conversa durante todo o momento que estivemos lá.

Tudo correu com muita naturalidade no início, mas ao longo da conversa dona Cláudia questionava Frank sobre o processo para se mudar para os Estados Unidos “caso algum amigo quisesse se mudar para lá”. Ele explicou que era um processo longo e demorado, que deveriam ser reunidos uma série de documentos e que alguém deveria recebê-lo como um tipo de guardião. O rumo da conversa não parecia estar agradando Frank que estava nitidamente desconfortável enquanto enumerava várias etapas como quem não parecia interessado em alimentar essa ideia em dona Cláudia – o tom dela era bastante incisivo e seu foco parecia estar em conseguir o apoio do antropólogo caso desejasse se mudar para os EUA. Em momento algum ela pareceu reparar na minha presença e ignorava quando eu comentava alguma coisa ou quando Frank tentava me introduzir ao longo da conversa.

Depois dessa visita fomos exatamente à casa vizinha, de Dona Ivete, que nos recebeu de forma muito tranquila e, diferente de Cláudia, ficou muito feliz com a minha presença, de um jovem estudante da mesma área de estudo que o seu querido e amado

amigo Frank – ainda que eu e ela não nos conhecêssemos antes. A casa dela era muito organizada, tinha bons móveis e os espaços e cômodos bem definidos. As janelas tinham cortinas finas que estavam abertas, deixando a luz entrar e iluminar a casa que estava muito bem pintada. Dona Ivete era bastante idosa, negra e acima do peso: preparou um pequeno lanche para nós, que nos sentamos em volta da mesa de seis lugares da sala, enquanto perguntava sobre a família de Frank.

Conversamos bastante todos os três: ela contou que ficava muito feliz em ver jovens como eu se interessando pelo trabalho do Frank e que era muito importante. Ela contou como trabalhou muito durante sua vida toda como copeira na ALERJ e que admirava muito os avanços que o Brasil teve na economia, na educação e no combate a desigualdade social, em especial no governo Lula. Conforme nossa visita foi se encerrando, Frank – que parecia muito mais a vontade e alegre – literalmente convidou dona Ivete para visitá-lo nos EUA e que a ajudaria no que fosse necessário para a viagem. Posteriormente ele me contou que ela foi uma das pessoas que mais o ajudou e apoiou quando morou ali naquele condomínio uma vez que estava sozinho no início do campo.

Com isso, podemos refletir sobre uma série de questões no tocante às relações e aos efeitos da presença do pesquisador. Observa-se como para dona Cláudia e Ivete, a presença de um estrangeiro é um ponto diferencial na relação: seja pelo interesse em conhecer o meio do qual o outro vem, de modo a enxergar ali uma oportunidade de ir além dos limites físicos e sociais nos quais se está inserido; ou pela possibilidade de aprofundar os laços da relação estabelecida. A presença de alguém de fora do país era prestigiosa, ainda mais dentro de nossas casas e estabelecendo laços.

Por outro lado, é intrigante também as diferentes abordagens de Frank para com as interlocutoras: em uma entrevista ele me disse que, assim como em qualquer vínculo ou laço social que tenhamos estabelecido, há pessoas que você quer e outras que você não quer ter próximas. O pesquisador também julga, cria amizades e inimizades e conhece seus interlocutores podendo acontecer de haver mais afinidade com alguns do que com outros. Com isso, ele me instruiu de que o pesquisador deve evitar situações deselegantes ou, como chamava, “radioativas” – que poderiam ocasionar algum tipo de conflito ou polêmica que afetasse as relações, o campo e a pesquisa.

Cabe ressaltar que muitas vezes os relacionamentos entre pesquisadores e interlocutores podem ser interpretados de maneira equivocada. Durante o tempo que acompanhei o trabalho da equipe de Frank, um dos pesquisadores teve um problema pessoal que o afastou do campo por diversos meses. Todavia, ele mantinha muito contato

com meu pai e alguns outros moradores por meio *whatsapp* para saber notícias da OVG, andamento de processos, eventos, discussões com vizinhos e outros temas que ele acompanhava. Ao longo desse período, esse pesquisador também marcou de visitar a ocupação algumas vezes, mas sempre acontecia um infortúnio e ele não aparecia.

Com essa situação de constantes cancelamentos das visitas, a relação do pesquisador com o campo ficou um pouco estremecida. Era comum que dentro da ocupação houvesse alguns burburinhos entre os moradores sobre os “reais interesses” do antropólogo que se dizia amigo, mas que “sumiu do nada”. Havia de fato uma relação de amizade, ou os moradores estavam sendo usados apenas para coleta de dados? Esse era o tom geral das conversas que ouvi e que trazem algumas questões à tona: dá para separar uma coisa da outra? Numa relação entre antropólogo e interlocutor, como distinguir o que é obter informações e manter contato com um amigo? Eu mesmo me fiz essas perguntas em diferentes momentos ao longo da construção da minha relação com o grupo. O ponto aqui é ilustrar como a presença (ou ausência) do pesquisador tem diferentes efeitos a partir de suas escolhas pessoais, das formas como lida com elas, e o modo como elas orientam o trabalho de campo e a pesquisa.

Em suma, somos remetidos aqui a trabalhos como de Berreman (1990) e de Carriço (2013). É notável como mesmo que desenvolvidos em épocas e contextos completamente diferentes têm muito a nos ensinar sobre o que o primeiro autor chama de “controle de impressões”, sobre expectativas e frustrações em campo. Berreman reforça que chegar a campo e construir relações constitui um aspecto importante e natural do campo e que tratando-se do “controle de impressões, tanto dos nativos, como do etnógrafo: cada um tentará dar ao outro a impressão que melhor serve aos seus interesses” (P. 141) e que nem sempre isso será positivo, podendo ser muito desafiador. Na mesma linha, Carriço também relata sua experiência mais contemporânea sobre o que ele chama de “fracasso etnográfico” e de como, por mais que haja uma suposta boa relação pré-estabelecida, nem sempre isso significa que ela estará aberta a participar de uma pesquisa. Além disso, fica nítido no trabalho do autor a questão do “bom senso” por parte do etnógrafo em entender quando é ou não bem vindo.

Por fim, cabe ressaltar também como as relações de amizade são importantes e impactam pesquisadores e interlocutores conforme nos mostram todos os episódios da primeira temporada do *Mundaréu* (2019), podcast de Antropologia desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo

(Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). ⁴Em todos os episódios somos convidados a conhecer um pesquisador e um interlocutor que narram suas experiências durante a pesquisa de campo. Todos relatam como foi transformador para ambas as partes.

É possível identificar nas falas dos convidados uma série de aspectos relacionando os laços criados ao progresso de lutas sociais, legitimação da luta por moradia, história pessoais de vida e, em especial, como participar de uma pesquisa antropológica proporcionou oportunidades ímpares de conhecer novas pessoas, acesso a novos espaços e também de incentivo a educação. Todavia, cabe ressaltar que não necessariamente isso é unânime: em todos os episódios do podcast também existem relatos de como, a princípio, a presença de um antropólogo em seus respectivos meios era estranha, desconfortável. É possível observar isso também em uma série de bibliografias que explora adversidades e conflitos no fazer antropológico: é o caso do Dossiê “Adversidades no Fazer Antropológico”, publicado nos volumes 26 (2017) e 27 (2018); também do Dossiê “Quem tem medo dos(as) antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas” publicado no volume 61 (2018) da Revista de Antropologia, entre outras (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014; BONETTI; FLEISCHER, 2007).

DA NATUREZA DO INTERLOCUTOR E DO PESQUISADOR

Em termos gerais, a antropologia de hoje enquanto campo de estudo teórico tem se preocupado muito em fugir da auto-representação criada de que a disciplina é voltada para o estranhamento e objetificação do outro (INGOLD, 2019; DAMATTA, 2010; OLIVEIRA, 2009). Cada vez mais ela vem se consolidando enquanto interessada na variedade de perspectivas e modos de vida, nas diferentes experiências e realidades sociais e suas particularidades. É uma área do conhecimento interessada na vida social, seus diferentes hábitos, costumes, organizações, nas formas de classificação e percepção do mundo e nas múltiplas interações sociais que a constituem. Todavia, para além desses objetivos, a antropologia existe a partir da pesquisa etnográfica e do trabalho de campo, nos quais estão envolvidas a dimensão das sociabilidades e socializações: ela é contextual e situacional. Não é todo mundo que aceita participar de uma pesquisa antropológica, mesmo em campos onde somos aceitos.

⁴ Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/>

Certo dia, durante um almoço na Lapa, um bairro no Centro do Rio de Janeiro, enquanto acertávamos alguns detalhes de como eu poderia colaborar na pesquisa de Frank, ainda no início da graduação, ele me alertou de que existiam pessoas dentro da OVG que não eram receptivas à pesquisa e à presença dos pesquisadores. Aquilo me surpreendeu de certa forma, me fez refletir e conduzir a conversa pensando o que esses pesquisadores consideravam um indicador em comum entre as pessoas que aceitavam participar de uma pesquisa antropológica. Para todos os meus interlocutores de modo geral havia uma espécie de “índole”, uma personalidade, uma espécie de natureza de algumas pessoas em “viver e trocar experiências”.

Nesse mesmo almoço com Frank, em meio ao som de talheres e burburinhos do restaurante, ele retomou as visitas a Dona Ivete e Dona Cláudia. Frank falou de como, de alguma forma, a curiosidade e o interesse em contribuir para alguma coisa fazia com que ambas, de personalidades tão diferentes, participassem e colaborassem com a pesquisa. Além disso, era comum ouvir das lideranças de movimentos sociais o quanto pesquisas antropológicas eram importantes e contribuía para legitimar a luta social com embasamento científico, agregava-se valor. Por fim, cabe destacar também o caráter das relações sociais que se criam e desenvolvem durante o campo. Patrícia e Frank sempre comentavam do quanto as amizades para entrar em campo e a convivência com as pessoas iam se estreitando e, conseqüentemente, a vontade de ajudar, participar e contribuir para a justiça social aumentando. Também Meryl chamou a atenção de como a participação na pesquisa e, no caso no filme, tinha a ver com uma necessidade ou expectativa de comunicar e visibilizar uma demanda que redundasse em benefícios para o grupo:

Eu perguntava sempre no final "por que que você aceitou participar dessa filmagem?", "o que que te levou a aceitar?", e "o que é que você espera desse filme?" e muitos deles, muitos, eu não saberia te dizer a porcentagem, mas eu chutaria uns 30% a 40% dos, das pessoas, dos informantes, né, dos protagonistas, falaram a gente quer que o governo veja esse filme e faça alguma coisa por nós, entendeu? E alguns diziam "e venha aqui e nos tire daqui e nos dê apartamentos que a gente merece apartamentos", entendeu? (Entrevista com Meryl, 2019)

Todavia, cabe destacar que apesar de laços estreitados, amizades consolidadas e campos estabelecidos, o pesquisador enfrenta uma série de dilemas. É comum que, como já mencionei, haja conflitos pessoais e indignações em campos onde o pesquisador e seus interlocutores pertencem a diferentes classes sociais ou algum outro grupo social:

"ah, os afetos vão fazer com que a relação de confiança vá se estabelecer, as pessoas vão gostar de mim porque eu genuinamente também gosto delas então

vai ser natural, vai ser uma coisa um pouco orgânica que vai rolar", só que, muitas vezes, não é muito bem assim, principalmente quando tem uma relação desigual de poder, seja ele socioeconômico, simbólico, desigualdade de classe ou racial entre as pessoas, muitas vezes pode ter frustrações. (Entrevista com Meryl, 2019)

Por muito tempo no universo científico, dialogando com o que apresenta Levi-Strauss (1978), a principal diferença entre “nós” e os “outros” considerados povos primitivos era a escrita. O autor chama atenção desse fator discutindo trabalhos e correntes teóricas clássicas que colocam o “primitivo” como um ser irracional e que vive em função de atividades básicas. Enquanto isso, o “nós” era considerado mais evoluído e seus conhecimentos, técnicas e vontades supostamente mais desenvolvidos e, por isso, se sentiam numa posição de superioridade e controle. Essa divisão e ruptura entre nós - outros tem mudado, mas ainda existem percalços que hoje em dia continuam relacionados a desigualdades de diferente tipo.

Sempre nas primeiras entrevistas com a equipe dos antropólogos eu os perguntava sobre suas respectivas trajetórias na Antropologia e era unânime que fosse evocada uma série de memórias pessoais que iam sendo costuradas ao presente numa busca por justificar tomadas de decisões e a realização profissional atual. Bourdieu (2006) chama isso de “Ilusão biográfica”, que é a construção de uma história, de uma linearidade entre fatos da vida, para orientar e explicar histórias e escolhas. Para meus interlocutores, a Antropologia hoje é vista também como uma importante ferramenta para a justiça social, que eles parecem considerar ainda pouco explorada.

Patrícia em especial, que é graduada na área das ciências naturais, conta como a Antropologia foi uma importante transformadora da sua vida pessoal: ela conta que durante a graduação começou a trabalhar ajudando uma professora de Antropologia com organização de materiais bibliográficos, digitação e sistematização de dados. Foi a partir daí que começou a ter contato com as ciências humanas e a se interessar pela área, além de que foi com essa oportunidade que teve apoio financeiro e adquiriu uma série de habilidades que até hoje complementam e contribuem na sua renda. Além disso, é notável para ela, através de suas áreas de estudo, como a Antropologia é importante para justificar tomadas de decisões principalmente levando em conta contextos sociais e significados locais dos públicos-alvo de determinadas ações: ela menciona o importante papel da Antropologia no envolvimento na CPI FUNAI-INCRA de 2016 e projetos de Tecnologias Sociais desenvolvidos na Universidade Federal Fluminense (PATRÍCIO et al, 2019).

Já para Frank e Meryl, é notável uma preocupação e engajamento político ao apresentarem suas histórias de vida. Meryl conta como desde nova sempre foi um pouco mais “rebelde” da família, que gostava de viajar e se aventurar pelo mundo; e que desde jovem se preocupava com questões relacionadas à desigualdade social e luta de classes. No mesmo caminho, Frank relata como a sua formação na área das humanidades foi marcada por uma série de eventos e movimentos marcantes na história da luta de classes e justiça social: teologia da libertação, USA for África, movimentos da ONU etc. Dessa forma, é evidente como para esses pesquisadores existe uma espécie de direcionamento e inclusive orientação ideológica que explique as participações em pesquisa: seja como interlocutor ou como cientista social.

A partir desse ponto, retomando as questões tratadas nesse Capítulo, sobre as marcações de gênero, classe, raça, nacionalidade e outras, quis discutir como o trabalho de campo em Antropologia que envolve uma relação direta e pessoal como nossos interlocutores, está atravessado por imponderáveis relativos a afetos, gostos, desejos, afinidades (e não tanto) e expectativas do que é possível “ganhar” em termos materiais e simbólico com uma pesquisa antropológica. Recursos, prestígio, distinção, justiça social, riscos e perigos, amigos e inimigos, fazem parte desses resultados.

CAPÍTULO TRÊS – REFLEXÕES SOBRE O CAMPO

O QUE CONSTITUI UM CAMPO ETNOGRÁFICO?

Desde que comecei graduação em Antropologia em 2018, tive contato com diversas questões antropológicas a partir de bibliografias clássicas: a observação participante de Malinowski (1978), as técnicas de escrita etnográfica e diários de campo de Geertz (1989) e Roberto Cardoso de Oliveira (1996) e as diversas orientações e observações metodológicas de Pritchard (1976), entre outros. Com isso, pude observar Frank e sua equipe com outro olhar e associar o que aprendia em aula à prática deles pelos corredores do prédio. Foi a partir dessas observações que construí meu interesse em pesquisar conflitos no fazer antropológico e nas questões de identidade que surgiam em relação aos pesquisadores.

Como pudemos observar até aqui, por muito tempo na Antropologia perpetuou-se a ideia de que o campo fosse um lugar distante, com povos tradicionais e que promovesse choques culturais fortes. Todavia, isso vem mudando há alguns anos com a ascensão de estudos em que o campo é muito diverso: ele pode ser virtual (LEITÃO; GOMES, 2017; SEGATA; RIFIOTIS, 2016), documental (TITONELLI, 2017; TEIXEIRA; CASTILHO, 2020) e até mesmo familiar (VELHO, 1987; CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014). Durante o meu trabalho de campo as pessoas sempre se referenciavam ao meu campo como sendo a ocupação em que moramos eu e meus pais, no entanto eu não o percebia dessa forma. Por muito tempo tive dificuldade de pensar onde era o meu “campo”, até que entendi que ele poderia ser muitos lugares: além da minha casa, o campo também eram as outras ocupações, outros espaços em que o grupo de pesquisadores se reuniam – bares, confraternizações, seminários... – e também a sua memória, uma vez que durante as entrevistas e conversas informais suas histórias de outras pesquisas eram frequentemente evocadas para ilustrar alguma situação. E isso principalmente porque o campo não era um lugar, mas um conjunto de relações sociais.

Historicamente antropólogos clássicos realizaram longas viagens para terras distantes para conviver com povos completamente diferentes de seu contexto social (MALINOWSKI, 1978; EVANS-PRITCHARD, 2005; LEIRIS, 2008). Hoje em dia, ainda que existam campos mais amplos e que não envolvam distâncias físicas e nem mesmo pessoas *em pessoa*, como é o caso das *antropologias at home* e da etnografia de documentos respectivamente, eles geralmente são associados a algum *lugar*: seja em uma ocupação de moradia para fazer etnografia ou numa biblioteca para pesquisar arquivos

sobre o contexto urbano local. Quando se conversa com um pesquisador ou se lê sua pesquisa, é possível associá-la a algum espaço físico e no meu caso não é diferente.

Ao pesquisar antropólogos, os acompanhei pelos mais diversos lugares que de fato eram seus campos de pesquisa: ocupações, condomínios populares, terrenos ocupados; mas também os acompanhei em espaços fora dali: suas casas, reuniões em algum hotel que algum deles passava algum tempo, universidades onde realizaram seminários e até mesmo passeatas. Ou seja, de certa forma, o campo deles era e ao mesmo tempo não era meu campo: era meu campo no sentido de que onde eles estivessem, eu poderia estar acompanhando. Porém, ao mesmo tempo não era meu campo, pois não tínhamos os mesmos interesses naqueles lugares. Eu me interessava em como esses pesquisadores se relacionavam com as pessoas nesses lugares todos que frequentavam - o hotel, a ocupação, o restaurante - e não necessariamente em como essas outras pessoas viviam, o que já era objeto de interesse dos meus interlocutores, os antropólogos.

Assim como um pesquisador se interessa em pesquisar determinado tema e escolhe determinado lugar como campo, eu escolhi pessoas e suas práticas e, nesse caso, eram uma série de espaços variados. Era muito comum ao apresentar minha pesquisa ouvir que meu campo era a minha casa, mas nunca me senti exatamente confortável com esse tipo de apresentação. Eu não estava interessado no *meu* lugar nesse campo, na ocupação ou na minha casa, mas sim no trabalho de pessoas que inicialmente eram estranhas a esse espaço e a mim.

Além disso, como mencionei acima, foi notável ao longo da minha pesquisa e das longas conversas com meus interlocutores o papel das memórias, que não remetiam ao espaço onde estávamos, mas a tantos outros lugares e tempos. Muitos dados e muitas falas remetiam a sua memória quando se perguntava sobre sua trajetória de vida. Não delimitei que relatassem suas experiências apenas com relação à pesquisa de moradia, mas as suas pesquisas de modo geral e eles trouxeram comentários sobre pesquisas de 30 anos atrás, ou de pesquisas que aconteciam durante as entrevistas. Ou seja, ainda havia lugares que eu nunca havia estado e que fazem parte do que foi o meu trabalho de campo. Desse modo, quero chamar atenção para pensar que o *campo* vai muito além de um espaço físico, mas podemos pensá-lo como uma esfera que envolve uma série de aspectos que constituem a pesquisa, tanto de lugares, mas como também de objetos e de memórias.

E QUANDO UM INTERLOCUTOR MORRE?

Foi mais ou menos em meados de 2019 que a esposa de Frank, Beth, postou em seu facebook que ele havia sido internado após fortes dores na região abdominal. Não demorou muito para que aos poucos e conforme as atualizações médicas dele fossem sendo enviadas periodicamente para os amigos e colegas de trabalho mais próximos que se encarregavam de passar para frente até chegar aos interlocutores que também o acompanhavam nas redes sociais e tinham seu contato no Whatsapp, que passou a ser gerenciado por Beth. Pouco tempo depois todos já estavam sabendo que Frank estava na verdade com câncer e começaria o tratamento de quimioterapia e radioterapia logo.

Ao longo do restante do ano o pesquisador teve que diminuir sua carga de trabalho drasticamente, adiou sua próxima vinda ao Brasil e nossas reuniões passaram a ser virtuais e muito mais curtas do que originalmente costumavam ser. Era notável pela câmera como Frank estava frágil e cansado. Todavia, todos acreditavam fielmente na sua recuperação: era considerado “forte”, uma “pessoa boa” e que tinha “muito pra viver”. No ano seguinte teve início a pandemia de Covid-19 e a pesquisa foi definitivamente suspensa após orientações gerais e uma das últimas reuniões com Frank.

Em meados de 2020 eu estava em Brasília, havia me mudado temporariamente para a cidade para cursar um semestre na Universidade de Brasília (UnB) e, devido à pandemia, acabei ficando preso na cidade com voos suspensos e o perigo sanitário de qualquer viagem longa. Foi num dia tarde da noite, eu estava em casa assistindo uma série na televisão. De repente chegou uma mensagem de Rodolfo, pesquisador do grupo, no grupo da pesquisa no whatsapp. Aquele grupo estava pouco movimentado com a suspensão da pesquisa e estava voltando à ativa aos poucos naquela altura do ano, assim como algumas outras atividades, ainda que de forma remota: chamadas de vídeos, conversas por *whatsapp* e similares.

Abri despretensiosamente e era um áudio: a voz de Rodolfo estava embargada, ele chorava bastante. Naquele momento pensei uma série de coisas, desde que havia acontecido uma tragédia na OVG, ou que a esposa dele havia falecido de Covid-19 visto que há alguns dias ele havia dito que ela tinha sido infectada. Mas não era isso: “Gente, infelizmente, eu acabei de receber uma das piores notícias: a Beth acabou de me informar que o Frank acabou de falecer”. No grupo de whatsapp houve uma comoção geral e todos informando como estavam tristes. Trocamos uma série de áudios chorando e lamentando a morte do nosso amigo.

Os dias que se sucederam foram de muitas homenagens a Frank e de lamentações sobre sua perda. Somente dois meses depois é que Rodolfo retomou as mensagens no grupo com o intuito de encaminharmos a pesquisa da maneira que podíamos dadas as circunstâncias: a morte de Frank que coincidia também com o prazo final para o encerramento da pesquisa e entrega dos relatórios às entidades financiadoras. Era bastante perceptível como a movimentação do grupo tinha diminuído.

O falecimento do pesquisador que liderava a pesquisa abalou bastante a todos os membros do grupo. Não só pela amizade e relação nutrida ao longo dos anos, mas também por não haver um sucessor aparente e que mantivesse o grupo unido como estava antes. Além disso, essa fatalidade, como disse, coincidia com o encerramento dos prazos formais e institucionais do projeto. Muitos projetos de publicações de livros, promoção de seminários virtuais e outras oficinas usando materiais audiovisuais produzidos ao longo da pesquisa se esvaíram e foram deixados de lado. O foco voltou-se para o relatório final que visava reunir as principais produções e resultados obtidos no campo.

É difícil mensurar especificamente as emoções e os impactos do falecimento de Frank para o trabalho de cada um. Todavia, ficou muito claro como ele era uma peça-chave para o desenvolvimento da pesquisa: além de ser o nome que estava à frente do projeto, Frank era visivelmente um apaziguador. Ao longo dos anos que acompanhei os pesquisadores, era perceptível o papel ímpar que Frank assumia durante as reuniões. Foi ele, a caminho de uma das reuniões do grupo de pesquisa, que conversei comigo explicando a situação do pesquisador que estava passando por problemas pessoais e se afastando do campo. Além disso, quando havia muitas discordâncias nas tomadas de decisões do projeto, era sempre Frank quem tomava frente, ouvia atentamente o ponto de vista de cada um e propunha algum encaminhamento que fosse de comum acordo entre todos ou a maioria.

Por fim, a sua ausência me fez pensar como sua figura foi central para minha pesquisa. Se Frank me apresentou a importância de um *gatekeeper* - ou de um interlocutor chave e que te introduz ao campo - para a pesquisa dele e do grupo nas diversas modalidades de moradia em que pesquisaram, de certa forma percebi o quanto ele foi importante nas minhas incursões, reflexões e decisões que me levaram a desenvolver a presente pesquisa e escrever esse texto. Desde o dia em que o vi sentado em casa, conversando com minha mãe, até o dia da triste mensagem de Rodolfo. Se aparentemente um dos meus interlocutores chave era o menos “nativo” em relação à Ocupação, era

também dos mais representativos daquele que se definiu como meu campo: as relações dos antropólogos com seus interlocutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver com pessoas que vem de diferentes organizações sociais é, no mínimo, curioso. No caso dos antropólogos, é o que os motiva. No caso de Frank e sua equipe, eles chegavam a serem cômicos com a forma que ficavam felizes quando alguém puxava assunto com eles ou como estavam sempre disponíveis para ajudar de alguma forma: limpeza do prédio, mutirões de manutenção, colaborar em festas e tantas outras coisas. Ainda que isso fosse extremamente significativo para alguns moradores, que viam nesses gestos uma forma deles retribuírem a amizade e a recepção nas ocupações, para outros, era motivo de dúvida e questionamento. Pontos esses que nunca cessam, mas amenizam.

Normalmente, as suspeitas e as acusações sobre nosso trabalho costumam estar relacionadas ao uso que poderíamos fazer do conhecimento construído a partir do trabalho de campo desenvolvido nessas comunidades. Desse modo, elas expressam a preocupação com a relação que este saber irá ter com as pessoas que o tornaram possível ao receberem o pesquisador e ao participarem de sua pesquisa. (ZENOBI, 2010, p. 471)

O pesquisador é afetado, cria expectativas e tem que lidar com situações da vida pessoal e da vida em campo – se é que é possível separar as duas. Ao longo dos dois anos em que fiz trabalho de campo, diversos moradores da ocupação se mudaram, outros chegaram, pesquisadores se tornaram pais e tiveram que se afastar do campo, outros foram ameaçados de morte enquanto pesquisavam... Por mais que o pesquisador se prepare da forma mais conveniente possível, os efeitos da presença do antropólogo em campo sempre existirão de alguma forma. Para refletir sobre isso, alguns autores nos auxiliam bastante. Simmel (1983), ao discutir a origem dos conflitos, fala como tradicionalmente eles são vistos como algo impossível de ser resolvido e/ou provocam pensamentos relacionados a derrotas ou de agravantes de situações que estavam, antes, estáveis. Todavia, o autor chama atenção para como os conflitos vem como um incentivador para a resolução de problemas, mudança de cenários.

Quem trabalha com uma ideia próxima é Alcida Ramos (2019) ao discutir sobre metodologia e introduzir a *Serendipity*, ou Serendípiã: esse conceito ilustra situações em que dados inesperados, que fogem das expectativas do pesquisador, o levam a rumos inesperados, não imaginados e que transformam aquele fazer científico. Ou seja, os conflitos com que pesquisadores lidam podem ser lidos como uma maneira de inovar, de abrir novas portas desconhecidas no campo, de desvendar novas maneiras de lidar com

“obstáculos” e até podem ser úteis para desenvolver mecanismos de administração de conflitos dentro da sua situação e a melhor forma de lidar com eles.

Em suma, por mais que nos preparemos para adversidades no fazer antropológico e etnográfico, elas nem sempre poderão ser resolvidas. Não podemos prever o campo, podemos apenas estar atentos a sinais que possam desencadear algum tipo de conflito e nos prepararmos para ele. Ainda assim, muita coisa nos pegará de surpresa. Além disso, é importante também estarmos atentos à forma como fazemos nosso trabalho e à responsabilidade que possuímos sobre aqueles dados: precisamos evitar constrangimentos para nossos interlocutores, distorções de fatos e equívocos.

É possível associar de modo geral essa pesquisa a alguns pontos discutidos por Magnani (2002). O autor apresenta em seu artigo “*De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*” um rico diálogo entre cidade, urbanismo e o fazer antropológico hoje. Ele aborda uma série de questões tradicionais e de problemas que permeiam a realidade cotidiana de grandes cidades como saneamento, falta de assistência social, gentrificação, entre outros. No mesmo caminho, ele também reflete sobre algumas questões mais específicas referentes à paisagem urbana sobre construção de laços, identidade e comunidade e traz alguns conceitos para o debate e que muito podem ser associados à construção do trabalho de campo e do ofício do antropólogo. Aqui chamo atenção para dois deles: pedaço e mancha.

O conceito de “pedaço”, segundo o autor, é formado por dois elementos básicos: espaço físico – que consiste em um “território claramente demarcado” ou composto por certas características e sociabilidade; uma construção de uma “rede de relações” e padrões de comunicação e identidade de pessoas desse “pedaço”. Para fazer parte do “pedaço”, não bastava frequentar; era preciso ser reconhecido pelos outros, ter laços definidos e uma participação ativa na comunidade. Desse modo, pude perceber como o trabalho de Frank e sua equipe consistia muito em integrar os diversos “pedaços” - as ocupações – nos quais estavam interessados, tendo que usufruir das instalações físicas dos espaços, como também da aprovação dos moradores para que o trabalho fosse realizado. Podemos pensar esses espaços como o íntimo do campo: visitas domiciliares, entrevistas, morar dentro da ocupação... Naturalmente eles não se tornaram nativos, mas ganharam confiança e integraram o grupo engajando-se e contribuindo para a luta das moradias na cidade.

Por outro lado, há também as “manchas”: espaços onde há um encontro de “pedaços” e que serve como referência para pessoas de diversos locais e identidades. As manchas são lugares amplos e que servem como direção no tocante a temas maiores como

lazer, serviços públicos, educação etc. Logo, podemos pensar a “mancha” no tocante à prática antropológica e etnográfica como espaços de interseccionalidade entre pesquisadores e interlocutores de maneira mais abrangente: eventos públicos, festas, manifestações, eventos acadêmicos e outros espaços que, tanto interlocutores, pesquisadores e outros públicos transitam e se relacionam de alguma forma.

Dessa forma, é interessante pensar como a Antropologia circula em diferentes espaços, acontece de diversas formas e é localizada de diferentes maneiras: para cima, onde há maior concentração de poder ou para baixo, onde há menos (NADER, 2020; CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014); de perto, de dentro ou em comunidades (MAGNANI, 2002); no norte ou no sul global (ROSA, 2014; SANTOS, 2009); em contextos de adversidade (FLEISCHER; BONETTI, 2007; RIBEIRO et al., 2017); em contextos familiares (VELHO, 1987); e até mesmo, como já mencionado, no mundo virtual ou dos documentos e bens imateriais (LEITÃO; GOMES, 2017; SEGATA; RIFIOTIS, 2016; TITONELLI, 2017; TEIXEIRA; CASTILHO, 2020); dentre tantos outros. Com isso, fica nítido como a Antropologia é contextual, abrangente e com potenciais diversos.

Por fim, deixo um convite para que os pesquisadores de hoje possam externalizar cada vez mais suas experiências com conflitos, adversidades e construções de campo ao longo de suas trajetórias de pesquisa. Não de hoje para amanhã, respeitando seu tempo e a forma como foi afetado pelo campo e o próprio campo. Acredito que esse tipo de conteúdo tem muito a acrescentar não só para as gerações futuras de antropólogos, como também para tantos outros profissionais da área das humanidades ou que façam trabalho de campo. Além disso, essas contribuições têm muito a dizer sobre como a Antropologia vem e vai continuar se desenvolvendo, destacando cada vez mais seu caráter humano, sensível e experiencial. Nesse sentido, reforço também a importância de cada vez mais termos trabalhos que valorizem e busquem entender como acontece o trabalho de antropólogos, seja a partir da própria experiência, seja, como tentei fazer nesse trabalho, construindo um olhar etnográfico sobre as experiências de outros pesquisadores: isso pode enriquecer e nos ajudar a refletir sobre nossa própria prática e formas de torná-la sempre mais humana e respeitosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALBUQUERQUE, Fabiane Cristina. Meu corpo em campo: reflexões e desafios no trabalho etnográfico com imigrantes na Itália. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 26, n. 1, p. 309–326, 19 jun. 2018.

AQUINO, Jania Perla Diogénes de. **Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos.** *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 16, n. 39, p. 184-210, 2015.

BABO, Michelle. “SEGURANÇA PÚBLICA” E “VIOLÊNCIA” EM UM MUNICÍPIO DA BAIXADA FLUMINENSE: SOBRE CLASSIFICAÇÕES E SENTIDOS, A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Justiça e Segurança. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 83p. 2021.

BERREMAN, Gerald. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia.** In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.) *Desvendando Máscaras Sociais* (3a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. Quando a pesquisa é o problema: o tabu no estudo das práticas sexuais. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 26, n. 1, p. 270–293, 19 jun. 2018.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. **Vamos fazer uma sacanagem gostosa?** Uma etnografia da prostituição masculina carioca. Niterói: EdUFF, 2017.

BECKER, Howard S: *Outsiders: estudos de sociologia do desvio.* Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008. Bendix, Reinhard: *Construção Nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança.*

BOAS, Franz. *A Mente do Ser Primitivo*, RJ, Vozes, 2010

BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs.). 2007. *Entre saias justas e jogos de cintura.* Florianópolis: Editora Mulheres.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191

CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos? In: **Por que ler os clássicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9–16.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CARRIÇO, Antônio de Salvo. (Des)ilusões biográficas. In: LEITE LOPES, José Sergio; CIOCCARI, Marta. (Orgs.) *Narrativas de desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos.* Mauad X. 2013

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues et all. *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações.* Contra Capa. 2014

CHAGAS, Gisele Fonseca. A(s) estrada(s) para Damasco: reflexões sobre as experiências de trabalho de campo em uma sociedade do Oriente Médio. In: **Revista Antropolítica**, n. 37, p. 403–423, Niterói, 2. sem. 2014.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. Boletim do Museu Nacional: Antropologia, n. 27, maio de 1978. P.1-12.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando Rocco*. 2010

DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação: um panorama do seu desenvolvimento*. Petrópolis. Editora Vozes, 1999;

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1937].

FREIRE, L. L.. 'A Olimpíada traz mais do que só a Olimpíada': megaeventos esportivos e direito à cidade no Rio de Janeiro. *REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*, v. 17, p. 71-95, 2019.

FREIRE, L. L.. Quando a cidade olímpica não é para todos: o caso da Vila Autódromo, RJ. *Advir (ASDUERJ)*, v. 35, p. 74-83, 2016.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1989.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes.

INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?*. Petrópolis: Vozes, 2019.

ISTOÉ, Revista. “USA for África” faz a maior união do POP. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/usa-for-africa-fez-a-maior-uniao-do-pop/>. Acessado em: 27/01/2022

KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores De Itaipu: Meio Ambiente, Conflito E Ritual No Litoral Do Estado Do Rio De Janeiro*, Niterói: EDUFF, 1997.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEIRIS, Michel. **A África fantasma**. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1934].

LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 1, n. 42, 11 maio 2018.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].

MACHADO, L. Z.; MOTTA, A.; FACCHINI, R. Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Práticas científicas em novos cenários políticos. *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 09-32, 2018.

MACIEL, L. Da C. Corpo kuilt. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 27, n. 1, p. 310–334, 26 dez. 2018.

- MAGNANI, José Guilherme. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 17.. 2002
- MALINOWSKI, Bronislaw. Tema, método e objeto desta pesquisa. In: _____. **Argonautas do Pacífico Ocidental** (2ª ed.). São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).
- _____. **Um Diário no Sentido Estrito do Termo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.
- MARINS, Cristina. Quando o céu é o limite: um olhar antropológico sobre o universo dos casamentos e cerimonialistas. Niterói: EdUFF, 2016.)
- MEDEIROS, Flávia. Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 26, n. 1, p. 327–347, 19 jun. 2018.
- MOOG, Vianna. A ONU e os grandes problemas sociais do nosso tempo. Civilização Brasileira. 1965.
- MORENO, Eva. Estupro em campo: reflexões de uma* sobrevivente. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 26, n. 1, p. 235–265, 19 jun. 2018.
- Mundaréu. Produção de Daniela Manica e Soraya Fleischer. Podcast. <<https://mundareu.labjor.unicamp.br/>>.
- NADER, L. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, n. 49, 11 ago. 2020.
- NUNES, Bruner Titonelli. Ipea: dos alinhamentos tecnocráticos à produção de conhecimentos para a sociedade. 2017. xi, 237 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando Tradições Etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: **Cadernos do LEME**. Vol. 1. nº 1, p. 2-27. 2009.
- ORTNER, Sherry. 2011[1984]. “Teoria na antropologia desde os 60”. *Mana*, 17 (2): 419-466.
- PATRÍCIO, Luciane et all. Catálogo de Tecnologias Sociais de 2019. Niterói, 2019.
- PEIRANO, Mariza. A procura de dragões: ensino e pesquisa em antropologia. In: **Humanidades**, vol. 8, nº 5, p. 368–371, 1992.
- RAMOS, Alcida. Metodologías. Ni en encontra ni a favor, todo lo contrario. **Cuadernos de antropología social**, n. 50, p. 21–31, 2019.
- RIBEIRO, Florbela; COELHO, Karina; PATRIARCA, Letícia; BESSA, Paula. Adversidades no fazer antropológico. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 1, n. 26, p. 230–234, 2018.

RIBEIRO, Florbela; COELHO, Karina; PATRIARCA, Letícia; BESSA, Paula. Adversidades no fazer antropológico. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 1, n. 26, p. 230–234, 2018.

ROCHA, Everardo. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

ROSA, M. C. . Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. Civitas (Porto Alegre) , v. 14, p. 43, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas – da Sociedade Internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs.). 2016. Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília, ABA Publicações; Joinville, Editora Letradágua. 208 pp

SILVA, Vagner Gonçalves da. Nos bastidores da pesquisa de campo. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 7, n. 7, p. 239–242, 30 mar. 1998.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

TEIXEIRA, C:C;; CASTILHO, S. IPEA - Etnografia de uma Instituição. Entre pessoas e documentos. Brasília: ABA Publicações/AFIPEA. 362 p.2020

VASSALLO, Simone Pondé ; BITTER, Daniel . **A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus**. ANTROPOLÍTICA (UFF) , v. 45, p. 94-122, 2018.

_____ **Entre vidas objetificadas e vítimas da escravização: a trajetória das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro**. SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO) , v. s/v, p. 277-297, 2017.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____. **Individualismo e Cultura: notas por uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. p. 121–132.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 471–499, out. 2010.